

Natura Cosméticos S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2019 e
Relatório dos Auditores Independentes

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

1.	CONTEXTO OPERACIONAL	13
2.	DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ..	13
3.	RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	13
4.	ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS.....	34
5.	GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO.....	35
6.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	44
7.	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	44
8.	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	45
9.	ESTOQUES.....	46
10.	IMPOSTOS A RECUPERAR.....	46
11.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	47
12.	DEPÓSITOS JUDICIAIS	49
13.	OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES.....	50
14.	INVESTIMENTOS	50
15.	IMOBILIZADO.....	52
16.	INTANGÍVEL	56
17.	DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	60
18.	EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	62
19.	FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE “RISCO SACADO”	67
20.	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	67
21.	PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS.....	67
22.	OUTROS PASSIVOS.....	70
23.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	72
24.	INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS DE NEGÓCIOS	74
25.	RECEITA LÍQUIDA	75
26.	DESPESAS OPERACIONAIS E CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS.....	75
27.	BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	76
28.	RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS.....	79
29.	OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS.....	80
30.	LUCRO POR AÇÃO	81
31.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	82
32.	COMPROMISSOS	83
33.	COBERTURA DE SEGUROS	84
34.	INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	84
35.	EVENTOS SUBSEQUENTES	84
36.	APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	84

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Natura Cosméticos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede no Brasil, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Alexandre Colares, nº. 1188, Vila Jaguara, CEP 05106-000. A Companhia é uma entidade operacional que possui afiliadas e controladas no Brasil e no exterior atuando, majoritariamente, no setor de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal, por meio do desenvolvimento, fabricação, distribuição e comercialização de seus produtos.

Em 13 de novembro de 2019, a Companhia obteve a aprovação da incorporação das ações da Companhia (ticker: NATU3) pela Natura &Co Holding S.A. (ticker NTCO3). Sendo que os acionistas titulares de ações da Natura Cosméticos S.A. (NATU3) receberam para cada ação detida, em 17 de dezembro de 2019, uma ação da Natura &Co Holding S.A. (NTCO3).

Dessa forma, desde 18 de dezembro de 2019 as ações NATU3 deixaram de ser negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e iniciou-se a negociação com as ações NTCO3 no segmento do Novo Mercado da B3.

A Companhia, e suas controladas no Brasil e no exterior, atuam, majoritariamente, no setor de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal, por meio do desenvolvimento, fabricação, distribuição e comercialização de seus produtos. A principal marca do grupo é a “Natura”, seguida pela marca inglesa “The Body Shop” e pela marca australiana “Aesop”. Além de utilizar-se do mercado de varejo, *e-commerce*, B2B e franquias como canais de venda de produtos, a Companhia destaca a atuação do canal de venda direta realizada, principalmente, pelos(as) Consultores(as) da marca Natura e The Body Shop.

2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (“IASB”) e interpretações emitidas pelo “*International Financial Reporting Interpretations Committee*” (“IFRIC”), introduzidos no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de suas interpretações (“ICPC”) e orientações técnicas (“OCPC”), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais (“R\$”), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção das práticas contábeis apresentadas na nota 3.29, as quais foram adotadas a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Sociedade.

a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*” e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantadas no Brasil através do Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior, exceto para as práticas contábeis apresentadas na nota nº 3.29.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

3.2.1 Transações e saldos em moeda diferente de sua moeda funcional

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (R\$ - reais) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício, nas rubricas “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras”.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que correspondem à moeda de apresentação da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos das controladas no exterior, cuja moeda funcional é a moeda local dos respectivos países onde operam, são convertidas para reais à taxa de câmbio média mensal, que se aproxima da taxa de câmbio vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio do encerramento de cada exercício. Este cálculo de conversão é diferente para Natura Cosméticos S.A - Argentina que se tornou uma economia hiperinflacionária a partir de 1º de julho de 2018 (Nota 3.2.1 a), no qual o balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio do encerramento de cada exercício.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio resultantes dessas conversões são apresentados sob a rubrica “Outros resultados abrangentes” nas demonstrações do resultado abrangente e no patrimônio líquido.

a) Economia hiperinflacionária

A partir de julho de 2018, a Argentina passou a ser considerada uma economia hiperinflacionária e conforme CPC 42 - Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária (*IAS 29 - Financial Reporting in Hyperinflationary Economies*), os ativos e passivos não monetários, os itens do patrimônio líquido e a demonstração do resultado da controlada Natura Cosméticos S.A. – Argentina (“Natura Argentina”), cuja moeda funcional é o peso argentino, estão sendo atualizados de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração na data de encerramento do exercício, que considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (“IPC”) da Argentina a partir de 1 de janeiro de 2017 e Índice Interno de Preços por Atacado (“IPI”) da Argentina até 31 de dezembro de 2016. Como consequência, conforme exigência do CPC 42 / IAS 29, os resultados das operações da controlada Natura Cosméticos S.A. - Argentina devem ser divulgados como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1 de julho de 2018 (início do exercício quando foi identificada a existência de hiperinflação).

Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e os itens do patrimônio líquido da Natura Argentina foram atualizados com base nos índices citados anteriormente, sendo que os impactos de hiperinflação resultantes das alterações no poder de compra geral (i) até 31 de dezembro de 2017 foram apresentados no patrimônio líquido; e (ii) a partir de 1 de janeiro de 2018 foram apresentados na demonstração de resultado. A

demonstração de resultado é ajustada no final de cada exercício de apresentação com base na variação do índice geral de preços do período.

O efeito líquido da atualização inflacionária de 2019 sobre (i) ativos e passivos não monetários; (ii) itens do patrimônio líquido; e (iii) demonstração do resultado, foi apresentado em conta específica para efeito de hiperinflação no resultado financeiro (vide nota explicativa nº 28).

Para fins de conversão dos saldos contábeis da controlada Natura Cosméticos S.A. - Argentina para a moeda de apresentação (reais – R\$) utilizada nas demonstrações financeiras contábeis individuais e consolidadas da Companhia, foram adotados os seguintes procedimentos requeridos pelo CPC 02(R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (IAS 21 - *The effects of changes in foreign exchange rates*):

- Os montantes de ativos, passivos e itens do patrimônio líquido foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício (0,06732 peso argentino por real em dezembro de 2019); e
- Os montantes de receitas e despesas do exercício foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício (0,06732 peso argentino por real em dezembro de 2019), ao invés da taxa de câmbio média do período, que é utilizada na conversão de moeda de economia não hiperinflacionária.

A inflação acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 54,5% (31 de dezembro de 2018 47,99%), conforme IPC.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a aplicação do CPC 42 / IAS 29 resultou em: (i) um impacto negativo no resultado financeiro de R\$13.947 (31 de dezembro 2018 R\$25.066); e (ii) um impacto negativo no lucro líquido do exercício de R\$68.940 (31 de dezembro de 2018 R\$64.271).

A conversão da demonstração do resultado pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício, ao invés da taxa de câmbio médio do exercício, resultou em um impacto positivo em outros resultados abrangentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 17.666 (31 de dezembro de 2018 R\$19.074).

3.3 Consolidação

a) Investimentos em controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. A Companhia possui participações apenas em controladas.

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as práticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora sob a rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia sob a rubrica “Outros resultados abrangentes”.

Abaixo representamos a relação de controladas da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Participação - %	
	2019	2018
Participação direta:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. – Brasil	99,99	99,99
Natura Comercial Ltda. – Brasil	99,99	99,99
Natura Biosphera Franqueadora Ltda. – Brasil	99,99	99,99
Natura Cosméticos S.A. – Chile	99,99	99,99
Natura Cosméticos C.A. – Venezuela	99,99	99,99
Natura Cosméticos S.A. – Peru	99,99	99,99
Natura Cosméticos S.A. – Argentina	99,99	99,99
Natura Cosméticos y Servicios de México, S.A. de C.V.	99,99	99,99
Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V.	99,99	99,99
Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V.	99,99	99,99
Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	99,99	99,99

Natura Cosméticos España S.L. - Espanha	100,00	100,00
Natura (Brasil) International B.V. - Holanda	100,00	100,00
Natura Brazil Pty Ltd. - Austrália	100,00	100,00
Natura Cosmetics Asia Pacific Pte. Ltd. - Cingapura	100,00	-
Fundo de Investimento Essencial - Brasil	100,00	100,00
Via Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.:		
Natura Logística e Serviços Ltda. - Brasil	99,99	99,99
Via Natura (Brasil) International B.V. - Holanda:		
Natura Europa SAS - França	100,00	100,00
Natura Brasil Inc. - EUA - Delaware	100,00	100,00
The Body Shop International Limited - Reino Unido	100,00	100,00
Via Brasil Inc. - EUA – Delaware:		
Natura International Inc. - EUA - Nova York	100,00	100,00
Via The Body Shop International Limited:		
G A Holdings (Guernsey) Limited - Reino Unido	100,00	100,00
G A Holdings (1979) Limited - Reino Unido	100,00	100,00
The Body Shop Worldwide Limited - Reino Unido	100,00	100,00
The Body Shop Global Travel Retail Limited - Reino Unido	100,00	100,00
The Millennium Luxembourg Sarl Administration Company Limited-Reino Unido	-	100,00
The Body Shop Beteiligungs-GmbH – Alemanha	100,00	100,00
The Body Shop GmbH - Austria	100,00	100,00
The Body Shop Benelux B.V. - Holanda	100,00	100,00
The Body Shop Service B.V. - Holanda	100,00	100,00
The Body Shop Svenska Ab – Suécia	100,00	100,00
The Body Shop Luxembourg Sarl – Luxemburgo	100,00	100,00
The Body Shop Monaco Sarl	100,00	100,00
The Body Shop Cosmetics Ireland Limited	100,00	-
The Body Shop S.A.U – Espanha	100,00	100,00
The Body Shop Portugal, S.A.	100,00	100,00
The Body Shop (Singapore) Pte Limited - Singapura	100,00	100,00
The Body Shop International (Asia Pacific) Pte Limited	100,00	100,00
The Body Shop (Malaysia) Sdn.Bhd – Malasia	100,00	100,00
The Body Shop Hong Kong Limited - Hong Kong	100,00	100,00
The Body Shop Australia Limited - Australia	100,00	100,00
Buth-Na-Bodhaige Inc.	100,00	100,00
The Body Shop Canada Limited - Canadá	100,00	100,00
The Body Shop Brasil Indústria E Comércio De Cosméticos Ltda.	99,99	99,99
The Body Shop Brasil Franquias Ltda. - Brasil	99,99	99,99
The Body Shop Chile - Chile	99,99	99,99
Via The Body Shop Worldwide Limited:		
The Body Shop (France) Sarl	100,00	100,00
B.S. Danmark A/S - Dinamarca	100,00	100,00
Via The Body Shop Beteiligungs GmbH – Alemanha:		
The Body Shop Germany GmbH	100,00	100,00
Via The Body Shop Benelux B.V. – Holanda:		
The Body Shop Belgium B.V (Netherlands Return) - Holanda	100,00	99,99
The Body Shop Belgium B.V (Belgium Branch) - Holanda	-	99,99
Via The Body Shop Hong Kong Limited - Hong Kong:		
Mighty Ocean Company Limited - Hong Kong	100,00	100,00
Via Mighty Ocean Company Limited - Hong Kong:		
Hsb Hair, Skin And Bath Products Company Limited - Macau	100,00	100,00
Via Buth-Na-Bodhaige Inc.:		
Aramara S. De R.L. De C.V. - México	100,00	100,00
Cimarrones S.A. De C.V. - México	99,99	99,99
TBS Air I, LLC – EUA	-	74,00
TBS Air II, LLC – EUA	-	85,00
TBS Air III, LLC - EUA	70,00	70,00
Via Natura Brazil Pty Ltd.:		
Natura Cosmetics Australia Pty Ltd. - Austrália	100,00	100,00

Via Natura Cosmetics Australia Pty Ltd. - Austrália:		
Emeis Holdings Pty Ltd - Austrália	100,00	100,00
Via Emeis Holdings Pty Ltd – Austrália:		
Emeis Cosmetics Pty Ltd - Australia	100,00	100,00
Emeis Trading Pty Ltd - Australia	100,00	100,00
Aesop Retail Pty Ltd – Australia	100,00	100,00
Aesop Japan Kabushiki Kaisha - Japan	100,00	100,00
Aesop Singapore Pte. Ltd. - Singapore	100,00	100,00
Aesop Hong Kong Limited - Hong Kong	100,00	100,00
Aesop USA, Inc. - USA	100,00	100,00
Aesop UK Limited - United Kingdom	100,00	100,00
Aesop New Zeland Limited - New Zeland	100,00	100,00
Aesop Brasil Comercio de Cosméticos Ltda. - Brazil	99,99	99,99
Aesop Foundation Limited - Australia	100,00	100,00
Via Emeis Cosmetics Pty Ltd – Australia:		
Emeis Cosmetics Pty Ltd (Korea Branch)	100,00	100,00
Via Aesop Hong Kong Limited - Hong Kong:		
Aesop Macau Sociedade Unipessoal Limitada (Macau)	100,00	100,00
Via Aesop Singapore Pte. Ltd. – Singapore:		
Aesop Taiwan Cosmetics Company Limited - Taiwan	100,00	100,00
Aesop Malaysia Sdn. Bhd. - Malaysia	100,00	100,00
Aesop Korea Yuhan Hoesa - Korea	100,00	100,00
Via Aesop USA, Inc. – USA:		
Aesop Canada, Inc. - Canada	100,00	99,99
Via Aesop UK Limited - United Kingdom:		
Aesop Switzerland AG - Switzerland	100,00	100,00
Aesop Germany GmbH - Germany	100,00	100,00
Aesop Sweden AB - Sweden	100,00	100,00
Aesop Norway AS - Norway	100,00	100,00
Aesop Italy SARL - Italy	100,00	100,00
Aesop Denmark ApS - Denmark	100,00	100,00
Aesop Austria GmbH - Austria	100,00	100,00
Aesop Belgium - Belgica	100,00	100,00
Aesop France SARL - France	100,00	100,00
Aesop Netherlands B.V (Holanda)	100,00	-

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas.

As atividades das controladas diretas e indiretas são como segue:

- Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.: suas atividades concentram-se, preponderantemente, na industrialização e comercialização dos produtos da marca Natura para a Natura Cosméticos S.A., Natura Cosméticos S.A. - Chile, Natura Cosméticos S.A. - Peru, Natura Cosméticos S.A. - Argentina, Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia, Natura Europa SAS – França, Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V. e Natura International Inc. - EUA.
- Natura Comercial Ltda.: suas atividades compreendem a comercialização de produtos de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal, por meio de vendas realizadas no mercado de varejo.
- Natura Biosphera Franqueadora Ltda.: outorga e administração de franquia empresarial, bem como as demais atividades inerentes à condição de franqueadora.
- Natura Cosméticos S.A. - Chile, Natura Cosméticos S.A. - Peru, Natura Cosméticos S.A. - Argentina, Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia e Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V.: suas atividades são semelhantes às atividades desenvolvidas pela controladora Natura Cosméticos S.A. no Brasil.
- Natura Cosmetics Asia Pacific Pte. Ltd - Cingapura - empresa constituída em 2019, ainda sem operações.

- Natura Cosméticos C.A. - Venezuela: encontra-se em fase de encerramento societário e não existem investimentos, transações ou saldos materiais mantidos em seus registros contábeis.
- Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.: suas atividades concentram-se em desenvolvimento de produtos, tecnologias e pesquisa de mercado. Foi incorporada pela Companhia e extinta de pleno direito em 01 de novembro de 2018, tendo suas atividades, direitos e obrigações assumidos pela Companhia.
- Natura Cosméticos y Servicios de México, S.A. de C.V.: suas atividades concentram-se na prestação de serviços administrativos e logísticos às empresas Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V. e Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V.
- Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V.: suas atividades concentram-se na importação e comercialização de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal para a Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V.
- Natura Cosméticos España S.L.: suas atividades estão suspensas. Caso a atividade seja retomada, serão desenvolvidas as mesmas atividades da Companhia.
- Natura (Brasil) International B.V. - Holanda: holding controladora da Natura Europa SAS - França, Natura Brasil Inc., Natura International Inc. e The Body Shop International Limited.
- Natura Logística e Serviços Ltda.: suas atividades concentram-se na prestação de serviços de separação, embalagem e endereçamento de mercadorias, assessoria logística, gestão de recursos humanos e treinamento em recursos humanos.
- Natura Brasil Inc.: holding controladora da Natura International Inc.
- Natura International Inc. - EUA: escritório de captura de tendências em design, fashion e tecnologia, transformando-as em ideias, conceitos e protótipos.
- Natura Europa SAS - França: suas atividades concentram-se na compra, venda, importação, exportação e distribuição de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene.
- Natura Brazil Pty Ltd: holding controladora da Natura Cosmetics Australia Pty Ltd.
- Natura Cosmetics Australia Pty Ltd: holding controladora da Emeis Holdings Pty Ltd.
- Emeis Holdings Pty Ltd e suas controladas: suas atividades concentram-se no desenvolvimento e comercialização de cosméticos premium, que opera sob a marca de “Aesop”, sendo seus produtos vendidos em rede de lojas varejistas e lojas próprias. Durante o ano de 2019 foi criada a subsidiária “Aesop Netherlands B.V (Holanda)”.
- The Body Shop International Limited e suas controladas: suas atividades concentram-se no desenvolvimento, distribuição e venda de cosméticos sob a marca “The Body Shop”, sendo seus produtos vendidos em rede de lojas próprias, comércio eletrônico, venda direta e franquias. Durante 2019 foi criada a subsidiária “The Body Shop Cosmetics Ireland Limited”. No mesmo período, foram encerradas as seguintes subsidiárias: “The Millennium Luxembourg Sarl Administration Company Limited-Reino Unido”; “The Body Shop Belgium B.V (Belgium Branch) – Holanda”; “TBS Air I, LLC – EUA”; “TBS Air II, LLC – EUA”.
- Fundo de Investimento Essencial - refere-se a fundo de aplicação exclusivo de renda fixa de crédito privado.

b) Combinações de negócios

Combinações de negócios com empresas não relacionadas são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Em uma combinação de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum, no qual todas as entidades e negócios estejam sob controle comum e são controlados pela mesma parte ou partes, antes e depois da combinação de negócio, e esse controle não é transitório, a Companhia adota a prática contábil do custo precedente.

c) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros em substituição ao IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração em 1º de janeiro de 2018. As alterações realizadas nas políticas contábeis da Companhia estão descritas abaixo, assim como seus impactos nas demonstrações financeiras.

3.4.1 Classificação de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros com três principais categorias de classificação: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma elimina as seguintes categorias existentes sob o IAS 39: mantidos até o vencimento, mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio de resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender a condição a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que não são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (Negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

i) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são classificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito

ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

ii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iii) Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, a Companhia transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

3.4.2 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e por suas controladas, resumem-se em “swap” e compra a termo de moeda (“*Non Deliverable Forward - NDF*”), que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de insumos e ativo imobilizado, exportações previstas, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de “*hedge*” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são registradas na rubrica de “Outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pelas tesourarias da Companhia e suas controladas com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxas de juros e câmbio.

Operações de “*hedge accounting*”

Após avaliação da Administração, a Companhia concluiu que todas as relações de hedge existentes atualmente são designadas em relações de hedge efetivas e ainda se qualificam para contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”) segundo o CPC 48 / IFRS 9, pois a nova norma não alterou os princípios gerais de como uma entidade contabiliza operações efetivas de *hedge*.

Quando uma entidade aplicar pela primeira vez o CPC 48 / IFRS 9, ela pode escolher se sua política contábil continua a aplicar os requisitos de contabilização de hedge do CPC 38/IAS 39 em vez dos requisitos do capítulo 6 do CPC 48 / IFRS 9.

Tendo em vista o resultado das análises e a opção pela não adoção ao CPC 48 / IFRS 9 especificamente para a contabilidade de hedge, a Companhia continua com as práticas contábeis atuais baseadas no CPC 38 / IAS 39, conforme apresentadas na nota explicativa nº 3.4 acima, sendo impactada somente pelos novos requerimentos de divulgação a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme apresentado na nota explicativa nº 5.2.

Hedge de fluxo de caixa

Consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuível a um risco particular associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada nas rubricas “Ganho (perda) em operações de hedge de fluxo de caixa” e “efeitos tributários sobre o ganho (perda) em operações de hedge de fluxo de caixa”. Em um “hedge de fluxo de caixa”, a parcela eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia utilizou de instrumentos financeiros derivativos, sendo aplicado a contabilidade de “hedge de fluxo de caixa” conforme divulgado na nota explicativa nº 5.2, para proteção contra risco de variação de taxas de câmbio relacionados a empréstimos contratados em moeda estrangeira, operações de compra e venda em moeda estrangeira e operações de mútuo entre empresas do grupo, que: (i) sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato (efetividade entre 80% e 125%); (ii) possuam documentação da operação, do risco objeto de hedge, do processo de gerenciamento de risco e da metodologia utilizada na avaliação da efetividade; e (iii) sejam considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida. Sua contabilização possibilita a aplicação da metodologia de contabilidade de proteção (“*hedge accounting*”) com efeito da mensuração do seu valor justo no patrimônio líquido e sua realização no resultado em rubrica correspondente ao item protegido.

A contabilização de hedge é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido àquela data permanecem no patrimônio líquido e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado.

Se uma transação prevista resultar no reconhecimento subsequente de um ativo ou passivo não financeiro, o ganho ou perda acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado durante o mesmo exercício em que o ativo não financeiro adquirido ou passivo não financeiro assumido impacta o resultado. Por exemplo, quando o ativo não financeiro é depreciado ou vendido.

Por outro lado, se uma transação prevista resultar no reconhecimento subsequente de um ativo ou passivo financeiro, o ganho ou perda acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado durante o mesmo período em que o ativo financeiro adquirido ou passivo financeiro assumido impacta o resultado. Por exemplo, quando a receita ou despesa financeira é reconhecida.

Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia verifica, ao longo de toda a duração do *hedge*, a efetividade de seus instrumentos financeiros derivativos, bem como suas alterações de valor justo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não tivemos registro de perdas relacionadas à parte inefetiva reconhecidas no resultado do exercício.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgados na nota explicativa nº 5.2.

Adicionalmente, vale mencionar que a Companhia, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não constituiu operações relacionadas a hedge de valor justo ou *hedge* de investimento líquido.

3.4.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos, financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 18), Instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 5) e fornecedores e operações de risco sacado (nota explicativa nº 19).

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Ganhos e perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.6 Contas a receber e provisão para perdas de crédito esperadas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas da provisão para perdas de crédito esperadas, a qual é estimada a partir da ponderação dos riscos de perdas de cada grupo do “aging list”, considerando os diferentes riscos de acordo com a operação de cobrança.

3.7 Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 9.

A Companhia considera em sua provisão para perdas nos estoques os seguintes componentes: produtos descontinuados, materiais com giro lento, materiais com prazo de validade expirado ou próximo da data de expiração e materiais fora dos parâmetros de qualidade, registrados como “Custo dos produtos vendidos”.

3.8 Créditos de carbono - Programa Carbono Neutro

Em 2007, a Companhia assumiu com seus colaboradores, clientes, fornecedores e acionistas o compromisso de ser uma empresa Carbono Neutro, que consiste em neutralizar suas emissões de Gases do Efeito Estufa - GEEs, em sua cadeia completa de produção, desde a extração das matérias-primas até o pós-consumo. Esse compromisso, que no presente momento refere-se exclusivamente às operações da marca Natura, não é uma obrigação legal, já que o Brasil não apresenta meta de redução, mesmo sendo um país signatário do Protocolo de Quioto, por isso é considerado uma obrigação construtiva, conforme o CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina o reconhecimento de uma provisão nas demonstrações financeiras se esta for passível de desembolso e mensurável.

O passivo é estimado através dos inventários auditados de emissão de carbono realizados anualmente e valorizado com base no preço de mercado para aquisição de certificados de neutralização. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo registrado no passivo na rubrica “Outros passivos não circulantes” (vide nota explicativa nº 22), refere-se ao total das emissões de carbono do exercício de 2007 a 2019 que ainda não foram neutralizadas através dos projetos correspondentes, portanto, não há efetivação do certificado de carbono.

Em linha com suas crenças e princípios, a Companhia optou por realizar algumas aquisições de créditos de carbono através do investimento em projetos com benefícios socioambientais oriundos do mercado voluntário. Dessa forma, os gastos incorridos gerarão créditos de carbono após a finalização ou maturação desses projetos.

Durante os referidos exercícios, estes gastos foram registrados a valor de mercado como “Outros ativos circulantes” (vide nota explicativa nº 13).

No momento em que os respectivos certificados de carbonos são efetivamente entregues à Companhia, a obrigação de ser Carbono Neutro é efetivamente cumprida, portanto, os saldos de ativos são compensados com os saldos de passivos.

A diferença entre os saldos de ativo e de passivo em 31 de dezembro de 2019 refere-se ao valor de caixa desembolsado antecipadamente para investimento em projetos que estão em andamento e, por isso ainda não estão disponíveis para neutralização das emissões e compensação do passivo.

3.9 Impostos e contribuição social correntes e diferidos

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, onde são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países onde se situam essas controladas, no Brasil, compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro (“CSLL”), que são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. O lucro tributável reflete o lucro antes de impostos ajustado por itens não tributáveis e não dedutíveis (tanto temporários como permanentes).

Impostos diferidos representam débitos e créditos fiscais sobre diferenças temporárias entre a base fiscal e a base contábil de ativos e passivos e sobre prejuízos fiscais acumulados. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como “não circulante” conforme requerido pelo CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o lucro. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura dos créditos fiscais não é provável, uma provisão para perda é constituída.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativos e passivos fiscais, estão sendo divulgados separadamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas vigentes que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

3.10 Imobilizado

Imobilizados são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “*impairment*”, quando aplicável. As vidas úteis dos bens são revisadas anualmente.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, conforme mencionado na nota explicativa nº 15.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica “Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas”.

3.11 Ativos intangíveis

a) Softwares

As licenças de programas de computador (*softwares*) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as vidas úteis descritas na nota explicativa nº 16 e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando o ativo é identificado, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros e quando o ativo é controlado pela Companhia, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

b) Marcas e patentes

As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Para as marcas e patentes com vida útil definida, a amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na nota explicativa nº 16.

c) Relacionamentos com clientes varejistas, franqueados e subfranqueados

Os relacionamentos com clientes varejistas, franqueados e subfranqueados adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição e sua amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na nota explicativa nº 16.

d) Fundos de comércio com vida útil definida

Os fundos de comércio com vida útil definida são registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear durante o prazo de locação, conforme demonstrados na nota explicativa nº 16.

e) Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida mantidos pela Companhia correspondem principalmente a marcas e *ágio* por expectativa de rentabilidade futura, oriundos de operações de combinações de negócios, além de fundos de comércio negociáveis.

Esses ativos não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (ou grupos de unidades geradoras de caixa). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível com vida útil indefinida são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo na rubrica “Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas”.

3.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis,

ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa independentes (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Os ativos das Companhias são agrupados inicialmente em segmentos operacionais que seguem uma lógica baseada em sua estrutura de Governança Corporativa. Dentro dos segmentos operacionais, os ativos são agrupados em unidades geradoras de caixa da seguinte forma:

Segmento Operacional	Identificação das UGCs
Natura Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Venda direta • Lojas individuais
Natura LATAM	<ul style="list-style-type: none"> • Argentina • Chile • Peru • México • Colômbia
Natura Outros	<ul style="list-style-type: none"> • França • EUA
Aesop	<ul style="list-style-type: none"> • Lojas individuais
The Body Shop	<ul style="list-style-type: none"> • Lojas individuais e franquias

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso do ativo e o valor justo líquido de custos de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a companhia em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido de custos de venda é mensurado com base na elaboração de fluxo de caixa descontado ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a Companhia em que opera a unidade geradora de caixa, incluindo premissas de expansão de lojas e investimentos, bem como as respectivas receitas que serão geradas como resultado desta expansão, assumindo as premissas que outros participantes do mercado utilizariam ao precificar os ativos ou passivos.

3.13 Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

A Companhia adota como prática contábil registrar como despesa do exercício quando incorridos, os gastos com pesquisa e desenvolvimento de seus produtos, pois devido ao alto índice de inovação e rotatividade de produtos na sua carteira de vendas, torna-se inviável demonstrar todos os aspectos requeridos no IAS 38/CPC 04 – Ativos Intangíveis para capitalização dos valores.

3.14 Arrendamento Mercantil

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia classificava os contratos de arrendamento mercantil no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade era retida pelo arrendador estavam classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais eram registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos nos quais a Sociedade e suas controladas detinha substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade eram classificados como arrendamentos financeiros. Estes eram capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento era alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, fosse obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, eram classificadas nos passivos circulantes e não circulantes de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros eram depreciados durante a vida útil-econômica do ativo, de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor e não houver opção de compra.

A Companhia aplicou, a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06(R2) / IFRS16, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em dezembro de 2017, que introduziu um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro, que era aplicado pela Companhia até 31 de dezembro de 2018. O impacto desta nova norma aplicada está ilustrado na nota nº 3.29.

3.15 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.16 Fornecedores e operações de “risco sacado”

Reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

3.17 Provisões para riscos

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia.

Os ativos contingentes não são reconhecidos pela Companhia e são apenas divulgados, no caso de provável entrada de benefícios econômicos. Se for praticamente certo que ocorrerá a entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são registrados nas Demonstrações Financeiras do exercício correspondente a mudança de estimativa.

3.18 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Reconhecidos pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento de baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos.

3.19 Benefícios a empregados

3.19.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.19.2 Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que considera o lucro atribuível aos acionistas e vinculado a metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

3.19.3 Benefícios de longo prazo

A Companhia disponibilizou até junho de 2019 para executivos elegíveis de sua controlada Emeis Holdings Pty Ltd. um programa de incentivo de longo prazo, com base em critérios vinculados a metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados no início da relação entre as partes, sendo tal obrigação registrada em passivo e sua remensuração com efeito em resultado.

3.19.4 Benefício definido de assistência médica pós-emprego

O passivo atuarial para o plano de assistência médica da Companhia e de suas controladas refere-se a um plano de benefício pós-emprego aos colaboradores e ex-colaboradores que realizaram contribuições fixas para o custeio do plano de saúde até 30 de abril de 2010, data em que o desenho do plano de saúde foi alterado e as

contribuições fixas dos colaboradores foram eliminadas. Para aqueles que contribuíram para o plano médico por dez anos ou mais, é assegurado o direito de manutenção como beneficiário por tempo indeterminado (vitalício), sendo que para os que contribuíram por um período inferior a dez anos, é assegurado o direito de manutenção como beneficiário, à razão de um ano para cada ano de contribuição fixa. Este grupo de atuais colaboradores, em caso de desligamento, poderá optar por permanecer no plano conforme legislação aplicável, assumindo o pagamento da mensalidade cobrada pelas operadoras dos planos de saúde. No entanto, esta mensalidade não representa necessariamente o custo total do usuário, que é assumido pela Companhia, a partir do subsídio do custo excedente, como forma de benefício adicional.

Os custos associados a esse benefício são reconhecidos pelo regime de competência como plano de benefício pós-emprego na modalidade de benefício definido, utilizando o método do crédito unitário projetado.

O custo do serviço corrente e os juros de apropriação do valor presente do passivo são reconhecidos na Demonstração de Resultados e os ganhos e perdas atuariais gerados pela remensuração do passivo, em decorrência de alterações de premissas atuariais são reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes”. Na ocorrência de alterações ou reduções do plano, os efeitos do custo do serviço passado são reconhecidos na Demonstração de Resultados na data da ocorrência.

3.20 Pagamento baseado em ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de participações com base em ações, liquidados exclusivamente com as suas próprias ações. São eles:

- Plano de outorga de opções de compra de ações;
- Programa de outorga de ações restritas; e
- Programa de aceleração da estratégia.

Os planos são mensurados pelo valor justo na data da outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de valorização apropriado cujos detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 27.1.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido à rubrica “Capital adicional integralizado”, ao longo do período em que a condição de serviço é cumprida, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição foi cumprido e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrada na rubrica de “despesas administrativas”.

Para o plano de outorga de opções de compra de ações e o programa de aceleração da estratégia, mesmo com a expiração do prazo de exercício, a despesa reconhecida não é revertida, pois o direito foi adquirido pelos executivos.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado (exceto quando o cancelamento ocorra por perda do direito ao instrumento patrimonial por não atender às condições de concessão), este é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é registrada imediatamente. Isso inclui qualquer prêmio que a Companhia ou a contraparte tenham a opção de não cumprir a obrigação de não aquisição. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do lucro por ação diluído (nota explicativa nº 30.2).

3.21 Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo “Dividendos e juros sobre o capital próprio”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na coluna “Dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 23.b).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3.22 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios da Companhia que são readquiridos (ações de tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

3.23 Subvenções e assistências governamentais - Lucro da exploração

As subvenções e assistências governamentais para investimentos são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram atendidas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente da subvenção. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

A controladora possui empreendimentos localizados nos Estados da Bahia e Minas Gerais. Estas Unidades Federativas possuem em sua legislação interna, decretos que autorizam a concessão de incentivos fiscais, na modalidade de crédito presumido, as empresas que investem no Estado. A Natura Cosméticos atendeu os requisitos exigidos e, através de um Regime Especial, obteve a autorização para aplicar os devidos incentivos fiscais.

A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. possui empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"), cuja atividade se enquadra em setor econômico considerado prioritário, fazendo jus ao benefício fiscal de redução de 75% das receitas na apuração do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração da respectiva região.

3.24 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração, que é assessorado pelo Comitê Operacional do Grupo ("GOC"), Comitê de Auditoria, de Gestão de Riscos e de Finanças, Comitê de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional, Comitê Estratégico e Comitê de Governança Corporativa ("Comitês").

O GOC reúne os presidentes da Natura, da The Body Shop e da Aesop, além de representantes de áreas-chave do negócio (Finanças, Recursos Humanos, Estratégia e Desenvolvimento do Negócio, Jurídico, Inovação e Sustentabilidade, Operações e Governança Corporativa), tem atribuições, dentre outras, de acompanhar a implementação das estratégias de curto e longo prazo e fazer recomendações ao Conselho de Administração quanto à gestão do Grupo, do ponto de vista do resultado, alocação de recursos entre as unidades de negócios, fluxo de caixa e gestão de talentos.

3.25 Receita de contrato com cliente

A Companhia aplicou, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 47 / IFRS 15, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em dezembro de 2016, utilizando o método de efeito cumulativo (sem utilização de expediente prático), que estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Como resultado da implementação do CPC 47 / IFRS 15, a Companhia revisitou suas práticas contábeis relacionadas à identificação das obrigações de desempenho, como por exemplo os reconhecimentos por desempenho concedidos às consultoras, os eventos e convenções destinados a estimular e congratular as melhores consultoras, e outras obrigações, conforme apresentadas abaixo:

Obrigação de desempenho	Natureza, determinação do preço da transação e momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita.
a) Vendas diretas	<p>A receita de venda é gerada a partir das vendas efetuadas para os(as) Consultores(as) Natura, (nossos clientes) mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida/a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A receita de venda é reconhecida quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e o(a) Consultor(a) Natura obtiver o controle desse produto.</p> <p>A receita de venda é gerada e acumulada inicialmente no razão auxiliar de vendas da Companhia a partir do momento em que o comprovante de despacho é emitido em nome dos clientes. Todavia, como as receitas são registradas contabilmente apenas quando efetivamente ocorre à entrega final dos produtos, efetuamos provisão para eliminar o montante de receitas relativas aos produtos despachados e não recebidos pelos(as) Consultores(as) Natura na data de cada fechamento das demonstrações financeiras.</p>
b) Vendas diretas - Acréscimos e penalidades por atrasos	<p>A Companhia cobra de seus clientes (Consultores(as) Natura) acréscimos e penalidades por atrasos na liquidação do valor a receber sobre as vendas. Devido ao grau de incerteza no recebimento desses montantes (contraprestação variável), a Companhia reconhece a receita de acréscimo e penalidades por atraso apenas no momento do recebimento dos valores.</p>
c) Vendas no varejo	<p>Nas controladas Emeis Holding Pty Ltd, Natura Comercial Ltda., Natura Europa SAS – França, Natura International Inc. – EUA e The Body Shop International Limited, que atuam no mercado varejista, as receitas de vendas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida/a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Essas receitas de vendas são reconhecidas quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e consumidor obtiver o controle desse produto.</p>
d) Programa de fidelidade (Campanha de pontos)	<p>A Companhia oferece campanhas de acúmulo de pontos (programa de fidelidade), que se dá pelo fato da compra dos produtos da Companhia, para serem trocadas (resgatadas) futuramente por produtos. A mensuração dos pontos é feita com base no seu custo esperado, acrescida de uma margem. O valor alocado ao programa de fidelidade é diferido e a receita é reconhecida mediante o resgate dos pontos acumulados pelos(as) Consultores(as) Natura, ou quando não é mais considerado provável que os pontos serão resgatados.</p>
e) Programa de reconhecimento por desempenho dos(as) Consultores(as) Natura	<p>A Companhia possui programas de reconhecimento por desempenho, nas quais premia os(as) Consultores(as) Natura com base em atingimento de metas e marcos. A Companhia entende que esse programa de reconhecimento por desempenho possui um valor agregado e, portanto, é considerado como uma obrigação de desempenho. A mensuração dos programas de reconhecimento por desempenho é feita com base no seu custo esperado, acrescida de uma margem. O valor alocado aos programas de reconhecimento por desempenho é diferido e a receita é reconhecida no momento em que os prêmios são entregues para os(as) Consultores(as) Natura.</p>
f) Eventos	<p>A Companhia promove eventos com o objetivo de estimular e congratular os(as) melhores Consultores(as) Natura. A Companhia entende que esses eventos possuem um valor agregado para os(as) Consultores(as) Natura, além de gerar uma expectativa para participar nesses eventos. Assim, a Companhia entende que esses eventos são uma obrigação de desempenho. A mensuração dos eventos é feita com base no seu custo esperado, acrescida de uma margem. O valor alocado aos eventos é diferido e a receita é reconhecida no momento em que o evento é realizado.</p>

g) Franquias (Cursos, treinamentos e consultoria / Enxoval e inauguração)	A Companhia cobra do franqueado um montante fixo, no início do contrato, sendo que parte desse valor se destina aos cursos, treinamentos e consultorias para capacitar e instruir o franqueado para comercializar os produtos da marca “Natura”. Além disso, outra parte desse valor refere-se ao enxoval (produtos específicos a serem utilizados na loja do franqueado) e à inauguração (evento de abertura da loja do franqueado). A Companhia entende que tais itens representam um direito material e, portanto, foram considerados como uma obrigação de desempenho. A mensuração é feita com base no valor de mercado desses itens, sendo reconhecida inicialmente como uma receita diferida. No momento da abertura da loja do franqueado, essa receita diferida é apropriada para o resultado do exercício.
h) Franquias (Fundo de propaganda)	A Companhia cobra do franqueado um montante fixo, no início do contrato, sendo que parte desse valor se destina ao fundo de propaganda (entrega mensal de vitrines). A Companhia entende que tal item representa um direito material e, portanto, foi considerado como uma obrigação de desempenho. A mensuração é feita com base no valor de mercado desse item, sendo reconhecida inicialmente como uma receita diferida. Essa receita diferida é apropriada para o resultado do exercício mediante a entrega das vitrines ao franqueado.
i) Franquias (Direito de uso da marca)	A Companhia cobra do franqueado um montante fixo, no início do contrato, sendo que parte desse valor se refere ao uso da marca “Natura”. A Companhia entende que tal item representa um direito material e, portanto, foi considerado como uma obrigação de desempenho. A mensuração é feita com base no valor residual, ou seja, valor remanescente após excluir o valor de mercado dos Cursos, treinamentos e consultorias, Enxoval e inauguração, e Fundo de propaganda. Esse valor é reconhecido inicialmente como uma receita diferida. Essa receita diferida é apropriada para o resultado, de forma linear, durante o prazo do contrato de franquia.
j) Incentivos relacionados a produtos “gratuitos” e brindes	A Companhia concede incentivos relacionados a produtos “gratuitos” e brindes para seus clientes (Consultores(as) Natura e/ou consumidor final). Por ser considerado um direito material, a Companhia reconhece esse item como uma obrigação de desempenho. Considerando que o momento da entrega dos produtos e realização da obrigação de desempenho de entregar os produtos “gratuitos” ou brindes, acontece no mesmo momento, a Companhia concluiu que não é aplicável realizar uma alocação de preços e acompanhar essas duas obrigações de desempenho de forma separada. Desta forma, a receita é reconhecida no momento em que ocorrer a transferência física do produto e o cliente obtiver o controle desse produto.

3.26 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receitas e despesas de juros;
- Receita de dividendos;
- Dividendos de ações preferenciais emitidas classificadas como passivo financeiro;
- Ganhos (perdas) líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos (perdas) líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos (perdas) líquidos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado; e
- Reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido.

A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.27 Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas esperadas de contas a receber), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.28 Novas Normas, alterações e interpretações de normas ainda não efetivas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das Demonstrações Financeiras da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência.

- CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios – quando aplicável, a Companhia adota tal norma contábil, mas as alterações desta norma, como ainda não são efetivas para o exercício encerrado, não foram adotadas;
- CPC23/IAS 8 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros e CPC26/IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – a Companhia adota tais normas contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, mas as alterações destas normas, como ainda não são efetivas para o exercício encerrado, não foram adotadas; e
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS – a Companhia adota estrutura conceitual do CPC / IFRS. Mas suas alterações, como ainda não são efetivas, não foram adotadas.

3.29 Novas Normas, alterações e interpretações de normas aplicadas pela primeira vez para o período iniciado em, 1º de janeiro de 2019

CPC 06(R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia aplicou, a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06(R2) / IFRS 16, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em dezembro de 2017, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros.

O arrendamento está presente em um contrato se o contrato incluir ambas as condições a seguir:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor; e
- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Companhia deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo.

O CPC 06(R2) / IFRS 16 inclui dois expedientes práticos de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pela Companhia e suas controladas na adoção inicial em 1º de janeiro de 2019: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com vigência de até 12 meses.

A Companhia e suas controladas optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de reapresentações dos períodos comparativos, adotando os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado a partir das taxas de juros incrementais de empréstimo, agrupadas por natureza do ativo, região e prazo contratual; e
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Os quadros abaixo demonstram os impactos da adoção inicial do CPC 06(R2) / IFRS 16 nas informações contábeis em 1º de janeiro de 2019:

Ativo de direito de uso em 1º de janeiro de 2019

	Controladora	Consolidado
Ativo de direito de uso (classificado como arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2018)	26.350	1.902.545
PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento	35.025	47.194
(=) Total adoção inicial	61.375	1.949.739
(+) Complementos de arrendamentos mercantis operacionais identificados na combinação de negócios realizada na aquisição da controlada The Body Shop, conforme nota explicativa 22 (g)	-	(25.843)
(=) Total adoção inicial do ativo de direito de uso, conforme nota 17	61.375	1.923.896
Transferência de imobilizado reconhecido através de arrendamento mercantil financeiro	406.055	481.235
Transferência de imobilizado intangível (valor justo reconhecido em combinação de negócios + fundo de comércio)	-	150.374
(=) Total transferências	406.055	631.609
Ativo de direito de uso em 1º de janeiro de 2019	467.430	2.555.505

Passivo de arrendamento mercantil 1º de janeiro de 2019

	Controladora	Consolidado
Valor presente dos arrendamentos mercantis classificados como operacionais em 31 de dezembro de 2019	29.225	1.965.655
PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento	35.025	47.194
Expedientes práticos de reconhecimento:		
(-) arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor	(2.875)	(63.110)
(=) Total adoção inicial	61.375	1.949.739
(+) Arrendamentos classificados e reconhecidos como mercantis financeiros em 31 de dezembro de 2018	317.274	411.373
Passivo de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019	378.649	2.361.112

A Companhia avaliou se existiam indicativos para redução ao valor recuperável de seus ativos de direito de uso na data de transição e não foi identificado nenhum indicativo.

Todas as movimentações durante o exercício de 2019 relacionados a adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 estão apresentados na nota explicativa nº 17.

A seguinte interpretação de norma também foi adotada pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019, no entanto, não tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia:

- ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento Tributos sobre o Lucro: Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 12 – Income Taxes) (“CPC 32 / IAS 12”) quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

4. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

Os julgamentos significativos feitos pela Companhia estão relacionados ao reconhecimento de receita e arrendamentos mercantil.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas a seguir.

4.1 Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudo de viabilidade técnica, refletindo as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

4.2 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 22. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais.

4.3 Plano de assistência médica pós-emprego

O valor atual do plano de assistência médica pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, a partir de uma série de premissas financeiras e demográficas, como taxa de desconto, inflação médica, percentual de adesão ao plano, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 22.a).

4.4 Plano de outorga de opções de compra de ações, programa de outorga de ações restritas e programa de aceleração da estratégia

O plano de outorga de opções de compra de ações, o programa de outorga de ações restritas e o programa de aceleração da estratégia são mensurados pelo valor justo na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado durante o período no qual o direito é adquirido em contrapartida à rubrica “Capital adicional integralizado” no patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções/ações restritas e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida ao patrimônio líquido o efeito decorrente desta revisão. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos planos de outorga de opções de compra de ações, do programa de outorga de ações restritas e do programa de aceleração da estratégia estão divulgados na nota explicativa nº 27.1.

4.5 Provisão para perda de valor recuperável

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O valor justo líquido de custos de venda é mensurado com base na elaboração de fluxo de caixa descontado ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a companhia em que opera a unidade geradora de caixa, incluindo premissas de expansão de lojas e investimentos, bem como as respectivas receitas que serão geradas como resultado desta expansão, assumindo as premissas que outros participantes do mercado utilizariam ao precificar os ativos ou passivos.

O valor justo líquido de custos de venda é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como à taxa de crescimento e perpetuidade utilizadas para fins de extrapolação.

Os detalhes sobre este tema estão apresentados na nota explicativa nº 16.

4.6 Provisão para perdas esperadas em contas a receber de clientes

A provisão para perdas esperadas em contas a receber de clientes é estimada a partir da ponderação dos riscos de perdas de cada grupo do "aging list", considerando os diferentes riscos de acordo com a operação de cobrança. As características do contas a receber da Companhia, são:

- Componente financeiro insignificante;
- Carteira de recebíveis sem complexidade; e
- Baixo risco de crédito.

A Companhia adota a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo.

4.7 Provisão para perdas nos estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada utilizando-se de metodologia para contemplar produtos descontinuados, materiais com giro lento, materiais com prazo de validade expirado ou próximo da data de expiração, e materiais fora dos parâmetros de qualidade. Os resultados das provisões estão demonstrados na nota explicativa nº 9.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à apreciação do Comitê de Auditoria, de Gestão de Riscos e de Finanças, do Comitê Executivo e do Conselho de Administração.

A gestão de riscos das operações Natura (Brasil, Latam, Holanda, EUA e França) é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas. A gestão de risco das controladas Aesop e The Body Shop é realizada pelas Tesourarias locais, sob acompanhamento e aprovação pela Tesouraria Central da Companhia.

Abaixo apresentamos os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Controladora	Valor Contábil				Valor Justo		
	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	2019	2018	2019	2018
Ativos financeiros							
Caixa e equivalente de caixa							
Caixa e bancos	6	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	98.579	94.281	98.579	94.281
Certificado de depósitos bancários		Custo amortizado	Nível 2	3.562	1.274	3.562	1.274
				102.141	95.555	102.141	95.555
Aplicações financeiras							
Fundo de investimento exclusivo	7	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	957.433	923.973	957.433	923.973
Fundo Dynamo Beauty Ventures Ltd		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	7.402	-	7.402	-
				964.835	923.973	964.835	923.973
Contas a receber de clientes	8	Custo amortizado	Nível 2	1.165.515	1.225.918	1.165.515	1.225.918
Derivativos "Financeiros" e "Operacionais"		Valor justo - Instrumentos de hedge	Nível 2	737.378	556.111	737.378	556.111
Derivativos "Financeiros" e "Operacionais"		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	2.459	-	2.459
				737.378	558.570	737.378	558.570
Passivos financeiros							
Captação de dívidas em moeda local	18	Custo amortizado	Nível 2	(4.251.231)	(4.680.665)	(4.284.460)	(4.868.792)
Empréstimos BNDES/Finep		Custo amortizado	Nível 2	(113.997)	(158.608)	(113.997)	(158.608)

Captação de dívidas em moeda estrangeira	Custo amortizado	Nível 2	(3.294.656) (7.659.884)	(3.001.485) (7.840.758)	(3.460.332) (7.858.789)	(3.283.463) (8.310.863)
Passivo de arrendamento mercantil financeiro	Custo amortizado	Nível 2	-	(346.068)	-	(346.068)
Derivativos "Financeiros" e "Operacionais"	Valor justo - Instrumentos de hedge	Nível 2	(8.596) (8.596)	(47.011) (47.011)	(8.596) (8.596)	(47.011) (47.011)
Fornecedores e operações de "risco sacado"	19 Custo amortizado	Nível 2	(644.327)	(636.605)	(644.327)	(636.605)

Consolidado				Valor Contábil		Valor Justo	
	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	2019	2018	2019	2018
Ativos financeiros							
Caixa e equivalente de caixa							
Caixa e bancos	6	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	937.119	823.656	937.119	823.656
Certificado de depósitos bancários		Custo amortizado	Nível 2	3.562	1.274	3.562	1.274
Certificado de depósitos bancários		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	46.067	-	46.067
Operações Compromissadas		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	522.332	344.051	522.332	344.051
				1.463.013	1.215.048	1.463.013	1.215.048
Aplicações financeiras							
Títulos públicos	7	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	221.900	402.895	221.900	402.895
Letra financeira		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	374.690	574.310	374.690	574.310
Fundo de investimento mútuo		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	407.928	210.971	407.928	210.971
Fundo Dynamo Beauty Ventures Ltd		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	7.402	-	7.402	-
Certificado de depósitos bancários		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	21.327	27.201	21.327	27.201
				1.033.247	1.215.377	1.033.247	1.215.377
Contas a receber de clientes	8	Custo amortizado	Nível 2	1.685.764	1.691.581	1.685.764	1.691.581
Derivativos "Financeiros" e "Operacionais"		Valor justo - Instrumentos de hedge	Nível 2	737.378	578.289	737.378	578.289
Derivativos "Financeiros" e "Operacionais"		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	6.019	-	6.019
				737.378	584.308	737.378	584.308
Passivos financeiros							
Captação de dívidas em moeda local	18	Custo amortizado	Nível 2	(4.383.471)	(4.771.511)	(4.416.700)	(4.962.723)
Empréstimos BNDES/Finep		Custo amortizado	Nível 2	(137.561)	(209.737)	(137.561)	(209.737)
Captação de dívidas em moeda estrangeira		Custo amortizado	Nível 2	(3.381.960)	(3.012.897)	(3.549.570)	(3.294.875)
				(7.902.992)	(7.994.145)	(8.103.831)	(8.467.335)
Passivo de arrendamento mercantil financeiro		Custo amortizado	Nível 2	-	(446.235)	-	(446.235)
Derivativos "Financeiros" e "Operacionais"		Valor justo - Instrumentos de hedge	Nível 2	(10.158)	(69.189)	(10.158)	(69.189)
Derivativos "Financeiros" e "Operacionais"		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	(1.648)	-	(1.648)	-
				(11.806)	(69.189)	(11.806)	(69.189)
Fornecedores e operações de "risco sacado"	19	Custo amortizado	Nível 2	(1.829.756)	(1.736.791)	(1.829.756)	(1.736.791)

5.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

a) Riscos de mercado

A Companhia e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Um dos assuntos em pauta no mercado internacional, que pode impactar as operações da The Body Shop International Limited, é a saída do Reino Unido da União Europeia, mais conhecida como “Brexit”. Embora ainda coberto de incertezas quanto ao resultado das negociações, tem seus impactos monitorados pela Administração e medidas estão sendo estudadas e tomadas para mitigar efeitos negativos que possam surgir deste movimento. Uma dessas medidas foi a instalação de um novo centro de distribuição na Europa continental, que além de mitigar os riscos do Brexit, também auxiliará a The Body Shop na implementação de melhorias logísticas, que visam principalmente reduções do prazo médio de abastecimento das lojas, em linha com os objetivos mais amplos de transformação do negócio.

Para proteger as atuais posições do Balanço Patrimonial da Companhia e suas controladas dos riscos de mercado, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Descrição	Valor Justo (Nível 2)			
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Derivativos “financeiros”	728.782	511.559	727.068	512.365
Derivativos “operacionais”	-	-	(1.496)	2.754
Total	728.782	511.559	725.572	515.119

As características destes instrumentos e os riscos aos quais são atrelados estão descritas a seguir:

b) Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de câmbio resultante de instrumentos financeiros em moedas diferentes de suas moedas funcionais. Para a redução da referida exposição, foram implantadas políticas para proteger o risco cambial, que estabelecem níveis de exposição vinculados a esse risco.

Os procedimentos de tesouraria definidos pelas políticas vigentes incluem rotinas mensais de avaliação da exposição cambial consolidada da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

A política de proteção cambial da Companhia, considera os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras, bem como fluxos de caixa futuros, com prazo médio de seis meses, ainda não registrados no balanço patrimonial.

A The Body Shop possui uma política de proteção cambial específica, que engloba contratos de empréstimos em moedas estrangeiras entre empresas do grupo, bem como operações de compra e venda futuras de mercadorias, pelo prazo máximo de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas estão expostas basicamente ao risco de flutuação do dólar norte-americano, euro e libra esterlina. Para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira, a Companhia e suas controladas contratam operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” e compra a termo de moeda denominada “Non-Deliverable Forward - NDF” (“forward”). Conforme a Política de Proteção Cambial os derivativos contratados pela Companhia ou por suas controladas deverão limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o exercício em curso, dada uma determinada estimativa de desvalorização cambial em relação ao dólar norte-americano. Essa limitação define o teto ou a exposição cambial máxima permitida à Companhia e a suas controladas com relação ao dólar norte-americano e ao euro.

Em 31 de dezembro de 2019, empréstimos, financiamento e debêntures no balanço patrimonial da controladora e consolidado inclui contas denominadas em moeda estrangeira, as quais expõem a Companhia a riscos cambiais, que em conjunto, representam um passivo total de R\$ 3.294.656 e R\$ 3.381.960, respectivamente (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 3.001.485 e R\$ 3.012.897, respectivamente).

i) Instrumentos derivativos para proteção do risco de câmbio

A Companhia classifica os derivativos em “financeiros”, “operacionais”. Os “financeiros” são derivativos do tipo “swap” ou “forward” contratados para proteger o risco cambial dos empréstimos e financiamentos e mútuos denominados em moeda estrangeira. Os “operacionais” são derivativos contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa operacionais do negócio.

Os contratos em aberto de “swap” têm vencimentos entre janeiro de 2020 e fevereiro de 2023 e foram celebrados com contrapartes representadas pelos bancos *Bank of America* (0,2%), HSBC (26,2%), Citibank (21,2%), Bradesco (26,2%) e Itaú BBA (26,2%). Os contratos de “forward” de moeda contra libra esterlina tem vencimentos em até 12 meses e foram celebrados com contrapartes representadas pelos bancos HSBC, Santander, BNP Paribas e Citibank. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de Derivativos “financeiros” estão assim compostos:

Derivativos “financeiros”

Controladora	Valor principal (Notional)		Valor da Curva		Valor justo		Ganho (perda) de ajuste a valor justo	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Descrição								
Contratos de “swap” (a):								
Ponta ativa:								
Posição comprada dólar	2.576.992	2.374.915	3.329.579	3.027.661	3.642.911	3.284.334	313.332	256.674
Ponta passiva:								
Taxa CDI pós-fixada:								
Posição vendida no CDI	2.576.992	2.374.915	2.666.458	2.471.605	2.914.129	2.772.775	247.671	301.170
<hr/>								
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos líquido:	-	-	663.121	556.056	728.782	511.559	65.661	(44.496)

Consolidado	Valor principal (Notional)		Valor da Curva		Valor justo		Ganho (perda) de ajuste a valor justo	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Descrição								
Contratos de “swap” (a):								
Ponta ativa:								
Posição comprada dólar	2.664.001	2.381.918	3.416.707	3.038.908	3.729.691	3.295.032	312.984	256.124
Ponta passiva:								
Taxa CDI pós-fixada:								
Posição vendida no CDI	2.664.001	2.381.918	2.754.595	2.478.623	3.002.623	2.779.720	248.028	301.097
<hr/>								
Contratos de “swap” (a):								
Ponta ativa:								
Posição comprada dólar	-	58.606	-	56.633	-	57.346	-	713
Ponta passiva:								
Taxa CDI pós-fixada:								
Posição vendida na taxa interbancária	-	58.606	-	59.525	-	60.293	-	768
<hr/>								
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos líquido:	-	-	662.112	557.393	727.068	512.365	64.956	(45.028)

(a) As operações de “swap” financeiros consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a: um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI pós-fixado – no caso do Brasil.

O valor principal representa os valores dos derivativos contratados. O valor justo refere-se aos valores dos derivativos contratados ainda em aberto nas datas dos balanços.

Para os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia e por suas controladas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com

instituições financeiras e não por meio de bolsas de valores, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

Derivativos “operacionais” – Consolidado

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos do tipo “forward” com os bancos HSBC, Santander, BNP Paribas e Citibank, com o objetivo de proteger o risco cambial das operações de importação e exportação da controlada The Body Shop contra libras esterlinas e dólares americanos.

Estes derivativos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas reconhecidos no grupo de custo dos produtos vendidos e estão assim compostos:

Descrição	Valor principal (Notional)		Valor justo	
	2019	2018	2019	2018
Posição líquida GBP e USD	200.896	-	(2.008)	-
Contratos de “forward”	1.302.869	1.773.810	512	2.754
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos, líquido	1.503.765	1.773.810	(1.496)	2.754

Análise de sensibilidade

Na análise de sensibilidade relacionada ao risco de exposição cambial a Administração da Companhia entende que é importante considerar, além dos ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial, o valor justo dos instrumentos financeiros contratados pela Companhia para proteção de determinadas exposições em 31 de dezembro de 2019 e 2018, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos no Brasil em moeda estrangeira (*)	(3.317.437)	(3.404.740)
Contas a receber registradas no Brasil em moeda estrangeira	-	10.007
Contas a pagar registradas no Brasil em moeda estrangeira	(6.477)	(10.543)
Valor justo dos derivativos “financeiros”	3.642.911	3.729.691
Exposição ativa líquida	318.997	324.415

(*) Não considera os custos de transação.

Nesta análise considera-se somente os ativos e passivos financeiros registrados no Brasil em moeda estrangeira, pois a exposição cambial nos demais países é próxima de zero, em decorrência das moedas fortes e da efetividade de seus derivativos e considera-se que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de compras e vendas.

As tabelas seguintes demonstram a projeção de perda incremental que teria sido reconhecida no resultado do período subsequente, supondo estática a exposição cambial líquida atual e os seguintes cenários:

Descrição	Controladora			
	Risco da Companhia	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição líquida	Queda do dólar	145	(106.138)	(318.706)

Descrição	Consolidado			
	Risco da Companhia	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição líquida	Queda do dólar	148	(107.941)	(324.119)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias. Conforme cotações obtidas na B3 nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio é de R\$ 4,03/US\$ 1,00. Os cenários II e III consideram uma queda do dólar norte-americano de 25% (R\$ 3,02/US\$ 1,00) e de 50% (R\$ 2,02/US\$ 1,00), respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

Instrumentos derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*)

A Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (*hedge accounting*) para os instrumentos financeiros derivativos para proteção de empréstimos denominados em moeda estrangeira da Natura Cosméticos S.A. e da Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V., e para proteção dos fluxos de caixa operacionais originados das transações de compras e vendas em moeda estrangeira da The Body Shop, documentando:

- O relacionamento do *hedge*;
- O objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em contratar a operação de *hedge*;
- A identificação do instrumento financeiro;
- O objeto ou transação de cobertura;
- A natureza do risco a ser coberto;
- A descrição da relação de cobertura;
- A demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura, quando aplicável; e
- A demonstração prospectiva da efetividade do *hedge*.

As posições dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa em aberto em 31 de dezembro de 2019 estão demonstrados a seguir:

Instrumento de Hedge de fluxo de caixa – Controladora

	Objeto de Proteção	Moeda de referência (<i>Notional</i>)	Valor de referência (<i>Notional</i>)	Valor da Curva	Valor Justo (a)	Outros resultados abrangentes	
						Ganho acumulada do contrato	Ganho no período de 12 meses
Swap de moeda - US\$/R\$	Moeda	BRL	2.576.992	663.121	728.782	65.661	110.024

Instrumento de Hedge de fluxo de caixa – Consolidado

	Objeto de Proteção	Moeda de referência (<i>Notional</i>)	Valor de referência (<i>Notional</i>)	Valor da Curva	Valor Justo (a)	Outros resultados abrangentes	
						Ganho (Perda) acumulado do contrato	Ganho no período de 12 meses
Swap de moeda - US\$/R\$	Moeda	BRL	2.664.001	662.112	727.068	64.956	109.523
Contratos de “forward”	Moeda	GBP	1.038.538	625	152	(473)	(2.245)
Swap de moeda - MXN/R\$	Moeda	MXN	-	-	-	-	59

(a) O método de apuração do valor justo utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da B3.

A movimentação da reserva de *hedge* de fluxo de caixa registrada em outros resultados abrangentes está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2018	(29.267)	(27.840)
Mudança no valor justo do instrumento de <i>hedge</i> reconhecido em outros resultados abrangentes	110.024	107.337
Efeitos tributários sobre o valor justo do instrumento de <i>hedge</i>	(37.408)	(36.768)
Saldo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2019	43.349	42.729

A Companhia designa como *hedge* de fluxo de caixa instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de exposição de câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas, diferente da moeda funcional.

Em 31 de dezembro de 2019, a posição consolidada dos instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa totalizava R\$ 3.702.539 (três bilhões, setecentos e dois milhões e quinhentos e trinta e nove mil reais), de valor “*notional*”, sendo R\$ 2.664.001 objeto de proteção da moeda Reais e £194.957 (R\$ 1.038.538) objeto de proteção da moeda Libras Esterlinas, conforme quadro Instrumento de Hedge de fluxo de caixa – Consolidado.

c) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas prefixadas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos emitidos a taxas pós-fixadas. A Administração da Companhia mantém na sua maioria os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, CDI e taxas prefixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2019 há contratos de empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira que possuem contratos de “swap” atrelados, trocando a indexação do passivo para a variação do CDI. Dessa forma, o risco da Companhia passa a ser a exposição à variação do CDI. A seguir está apresentada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI, incluindo as operações com derivativos (os empréstimos e financiamentos foram considerados integralmente, dado que 97% do montante está vinculado ao CDI):

	Controladora	Consolidado
Total dos empréstimos e financiamentos - em moeda local (nota explicativa nº 18)	(4.365.228)	(4.521.032)
Operações em moeda estrangeira com derivativos atrelados ao CDI ^(a)	(3.294.656)	(3.381.960)
Aplicações financeiras (notas explicativas nº 6 e 7)	960.995	1.551.739
Exposição líquida	(6.698.889)	(6.351.253)

(a) Refere-se à contratação de derivativos atrelados ao CDI para proteger os empréstimos e financiamentos captados no Brasil em moeda estrangeira.

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras indexadas ao CDI (notas explicativas nº 6 e 7).

As tabelas seguintes demonstram a projeção de perda incremental que teria sido reconhecida no resultado do período subsequente, supondo estática a exposição passiva líquida atual e os seguintes cenários:

Descrição	Controladora			
	Risco da Companhia	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Passivo líquido	Alta da taxa	3.349	(69.501)	(142.351)

Descrição	Consolidado			
	Risco da Companhia	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Passivo líquido	Alta da taxa	3.176	(65.894)	(134.964)

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas na B3 nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição às taxas de juros. Os cenários II e III consideram uma alta das taxas de juros em 25% (5,4% ao ano) e 50% (6,5% ao ano), respectivamente, sobre uma taxa de CDI de 4,35% ao ano (cenário provável).

d) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As vendas da Companhia e de suas controladas são efetuadas para um grande número de Consultores(as) Natura e esse risco é administrado por meio de um processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para perdas de crédito esperadas” em “Contas a receber de clientes”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios, principalmente, representados por caixa e equivalentes de

caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pela Administração como de primeira linha.

A política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

e) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Total de Ativos Circulantes	2.615.697	2.854.117	6.379.483	6.455.759
Total de Passivos Circulantes	(1.794.140)	(2.461.218)	(4.437.517)	(4.566.881)
Total de Capital Circulante Líquido	821.557	392.899	1.941.966	1.888.878

Em 31 de dezembro de 2019, o valor contábil dos passivos financeiros, mensurados pelo método do custo amortizado, considerando os pagamentos de juros a uma taxa pós-fixada e o valor dos títulos de dívida refletindo taxas de juros de mercado a termo, na data do balanço, podem ser alterados na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. Seus correspondentes vencimentos estão demonstrados a seguir:

Controladora	Menos de um ano	Um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total de fluxo		
				de caixa esperado	Juros a incorrer	Valor contábil
Empréstimos, financiamentos e debêntures	603.674	10.273.996	-	10.877.670	(3.217.787)	7.659.883
Arrendamento Mercantil	88.439	365.365	112.690	566.494	(189.886)	376.608
Fornecedores partes relacionadas, fornecedores e operações de "risco sacado"	644.327	-	-	644.327	-	644.327

Consolidado	Menos de um ano	Um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total de fluxo		
				de caixa esperado	Juros a incorrer	Valor contábil
Empréstimos, financiamentos e debêntures	649.993	10.390.605	-	11.040.598	(3.137.607)	7.902.991
Arrendamento Mercantil	657.483	1.988.671	443.492	3.089.646	(572.080)	2.517.566
Fornecedores e operações de "risco sacado"	1.829.756	-	-	1.829.756	-	1.829.756

Adicionalmente, a Companhia possui as seguintes linhas de crédito:

- Até £70 milhões (setenta milhões de libras esterlinas) de linha de crédito sem garantia que podem ser sacados em parcelas para atender a necessidades de financiamentos de curto prazo da The Body Shop International Limited. Essa linha de crédito é válida até março de 2021, e é renovada automaticamente por opção da The Body Shop International Limited. Os juros serão pagos de acordo com a taxa de LIBOR ou EURIBOR + 2,0% ao ano.
- Até R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) de linha de crédito sem garantia que podem ser sacados em parcelas para atender a necessidades de financiamentos de curto prazo da Natura Cosméticos S.A. Essa linha de crédito é válida até janeiro de 2020. Os juros serão pagos de acordo com a taxa de CDI + 1,25% ao ano. Sem renovação para o exercício findo em dezembro 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não utilizou essas linhas de crédito disponíveis.

5.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado) subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (exceto recursos do “Crer para Ver”). A dívida líquida a seguir demonstrada considera os ajustes dos derivativos contratados para mitigar o risco cambial.

Os índices de alavancagem financeira consolidados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (nota explicativa nº 18)	7.659.884	7.840.758	7.902.992	7.994.145
Arrendamento Mercantil (*)	376.607	346.068	2.517.565	446.235
Derivativos “financeiros” e “operacionais”	(728.782)	(511.559)	(725.572)	(515.119)
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6 e nº 7, exceto recursos do “Crer para Ver”)	(1.028.958)	(992.699)	(2.458.242)	(2.403.596)
Dívida Líquida	6.278.751	6.682.568	7.236.743	5.521.665
Patrimônio líquido	3.392.677	2.574.102	3.392.677	2.574.102
Índice de alavancagem financeira	1,85	2,6	2,13	2,15

(*) Em 31 de dezembro de 2018 correspondia ao saldo de passivo de arrendamento mercantil financeiro. A partir de 1º de janeiro de 2019 corresponde ao saldo de passivo de todos os contratos de arrendamento mercantil, conforme nota explicativa nº 3.15. Esta rubrica é desconsiderada dos cálculos de indicadores relacionados a cláusulas de restrição de dívidas.

a) Estimativa de valores justos

Os instrumentos financeiros que são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo seguem a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e
- Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a mensuração da totalidade dos derivativos da Companhia e de suas controladas corresponde às características do Nível 2, sendo que durante este exercício não houve alterações de níveis. O valor justo dos derivativos de câmbio (“swap” e “forward”) é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

i) Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado - (Nível 2)

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras em Certificado de Depósitos Bancários mensuradas ao custo amortizado aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados por seu custo amortizado e divulgados a valor justo.

Contas a receber de clientes e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

A Companhia e suas controladas não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	98.579	94.281	937.119	823.656
Certificado de Depósitos Bancários ^(a)	3.562	1.274	3.562	47.341
Operações compromissadas ^(b)	-	-	522.332	344.051
	102.141	95.555	1.463.013	1.215.048

(a) Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações em Certificado de Depósitos Bancários são remuneradas por uma taxa média de 106,9% do CDI (101,0% do CDI em 31 de dezembro de 2018) com vencimentos diários resgatáveis com o próprio emissor, sem perda significativa de valor.

(b) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra dos títulos por parte dos bancos, e de venda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos predeterminados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo das disponibilidades dos bancos e são registradas na CETIP. Em 31 de dezembro de 2019, as operações compromissadas são remuneradas por uma taxa média de 99,9% do CDI (100,0% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fundos de investimento exclusivos ^(a)	957.433	923.973	-	-
Fundos de investimento mútuo	-	-	407.928	210.971
Certificado de Depósitos Bancários	-	-	21.327	27.201
Letras financeiras	-	-	374.690	574.310
Títulos públicos (LFT)	-	-	221.900	402.895
Fundo Dynamo Beauty Ventures Ltd. ^(b)	7.402	-	7.402	-
	964.835	923.973	1.033.247	1.215.377
Circulante	957.433	923.973	1.025.845	1.215.377
Não circulante	7.402	-	7.402	-

(a) O saldo em 31 de dezembro de 2019, referente a linha de Crer para Ver dentro do fundo exclusivo é de R\$ 38.018. (R\$ 26.829 em 31 de dezembro de 2018).

(b) A Natura Cosméticos S.A. tornou-se cotista de um novo veículo de *venture capital*, o fundo Dynamo Beauty Ventures (DBV), cujo objetivo é identificar e investir em marcas emergentes nos segmentos de cosméticos e bem-estar, com ênfase na Europa e nos Estados Unidos, adquirindo participações minoritárias em companhias com grande potencial de crescimento e modelos de negócio inovadores em longo prazo.

A Companhia concentra a maior parte de suas aplicações em fundo de investimento exclusivo. Em 31 de dezembro de 2019, as empresas Natura Cosméticos S.A., Natura Logística e Serviços Ltda., Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., Natura Comercial Ltda.; Natura Biosphera Franqueadora Ltda. e Instituto Natura, possuem participação em cotas do Fundo de Investimento Essencial.

Os valores das cotas detidas pela Companhia são apresentados na rubrica “Fundo de Investimento Exclusivo” na Controladora. As demonstrações financeiras do Fundo de Investimento Exclusivo, no qual o grupo possui participação exclusiva (100% das cotas), foram consolidadas, exceto cota do Instituto Natura, sendo que os valores de sua carteira foram segregados por tipo de aplicação e classificados como equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários, tomando-se como base as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

O Essencial é um Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado sob gestão, administração e custódia do Itaú Unibanco Asset Management. Os ativos elegíveis na composição da carteira são: títulos da dívida pública, CDB's, Letras Financeiras e operações compromissadas. Não há prazo de carência para resgate de quotas, que podem ser resgatadas com rendimento a qualquer momento.

A composição dos títulos que compõem a carteira do Fundo de Investimento Essencial em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, é como segue:

	2019	2018
Certificado de depósitos a prazo	21.327	73.268
Operações compromissadas	522.332	344.051
Letras financeiras	374.690	574.310
Títulos públicos (LFT)	221.900	402.895
	1.140.249	1.394.524

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber de clientes	1.183.506	1.281.174	1.793.759	1.820.823
Provisão para perdas de crédito esperadas	(35.178)	(67.175)	(107.995)	(129.242)
	1.148.328	1.213.999	1.685.764	1.691.581

O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” no consolidado está predominantemente denominado em reais, com aproximadamente 68% do saldo em aberto em 31 de dezembro de 2019 (73% em 31 de dezembro de 2018), sendo o saldo remanescente denominado em diversas moedas e formado pelas vendas das controladas do exterior.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento líquida da provisão para perdas de crédito esperadas, conforme demonstrado no quadro de saldos a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	1.036.968	1.106.923	1.501.958	1.491.773
Vencidos:				
Até 30 dias	69.340	72.037	142.069	139.680
De 31 a 60 dias	22.354	29.113	36.466	45.981
De 61 a 90 dias	17.639	23.246	27.789	34.207
De 91 a 180 dias	37.205	49.855	85.477	109.182
Provisão para perdas de crédito esperadas	(35.178)	(67.175)	(107.995)	(129.242)
	1.148.328	1.213.999	1.685.764	1.691.581

8.1 Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está assim representada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(74.151)	(117.553)
Adições	(169.244)	(237.884)
Baixas (a)	176.220	228.495
Variação cambial	-	(2.300)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(67.175)	(129.242)
Adições	(127.183)	(209.515)
Baixas (a)	159.180	232.034
Variação cambial	-	(1.272)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(35.178)	(107.995)

(a) Compostas por títulos vencidos há mais de 180 dias, que são baixados quando a Companhia não tem expectativa em recuperar estes recebíveis e venda de carteira de recebimentos de clientes.

8.2 Composição do saldo por vencimento

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por exposição de risco de perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora		Consolidado	
	Contas a receber de clientes	Provisão para perdas de crédito esperadas	Contas a receber de clientes	Provisão para perdas de crédito esperadas
A vencer	1.036.968	(5.333)	1.501.958	(38.060)
Vencidos:				
Até 30 dias	69.340	(5.860)	142.069	(14.311)
De 31 a 60 dias	22.354	(4.495)	36.466	(6.663)
De 61 a 90 dias	17.639	(4.556)	27.789	(6.333)
De 91 a 180 dias	37.205	(14.934)	85.477	(42.628)
	1.183.506	(35.178)	1.793.759	(107.995)

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Produtos acabados	155.569	197.912	1.253.145	1.209.975
Matérias-primas e materiais de embalagem	-	-	253.063	215.813
Materiais auxiliares	8.567	16.771	82.228	95.168
Produtos em elaboração	-	-	27.346	21.984
Provisão para perdas	(12.862)	(15.280)	(185.232)	(178.268)
	151.274	199.403	1.430.550	1.364.672

9.1 Movimentação das provisões para perdas de estoque

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está assim representada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(19.195)	(160.010)
Adições líquidas (a)	-	(180.084)
Baixas (b)	3.915	157.341
Variação cambial	-	4.485
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(15.280)	(178.268)
Adições líquidas (a)	(14.495)	(147.140)
Baixas (b)	16.913	136.431
Variação cambial	-	3.745
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(12.862)	(185.232)

(a) Referem-se à constituição líquida de provisão para perdas por descontinuidade, validade e qualidade, para cobrir as perdas na realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Companhia e suas controladas.

(b) Compostas pelas baixas de produtos descartados pela Companhia e por suas controladas.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS a compensar sobre aquisição de insumos ^(a)	22.088	642	434.832	420.835
Tributos a compensar sobre aquisição de insumos – controladas no exterior	-	-	39.475	42.198
Outros tributos a compensar - controladas no exterior	-	-	1.825	112
ICMS a compensar sobre aquisição de ativo imobilizado	927	2.321	10.628	9.098
PIS e COFINS a compensar sobre aquisição de ativo imobilizado	-	32.810	3.826	42.175
PIS e COFINS a compensar sobre aquisição de insumos ^(b)	80.679	39.620	280.087	194.382
PIS, COFINS e CSLL - retidos na fonte	1.324	1.163	2.378	2.085
IPI a recuperar	5.242	2.535	30.190	35.770
Outros	-	-	1.613	1.238
	110.260	79.091	804.854	747.893
Circulante	104.790	44.017	395.640	379.253
Não circulante	5.470	35.074	409.214	368.640

(a) Crédito acumulado do ICMS gerado substancialmente por alíquotas médias de entrada, superiores às alíquotas médias de saída e pelo aumento das exportações.

(b) Reconhecimento dos créditos referente a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e COFINS, cujo trânsito em julgado do processo ocorreu durante o exercício de 2019 e crédito oriundo do processo de apuração nos produtos monofásicos.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Para determinadas controladas e na Companhia foi também reconhecido saldo de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa. Os valores são demonstrados a seguir:

i) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	130.978	140.355	193.566	235.302
Provisão para perdas de crédito esperadas com clientes	11.960	22.840	51.151	28.215
Provisão para perdas nos estoques	4.373	5.195	50.593	47.509
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	41.006	52.917	53.377	68.305
Efeito sobre as mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos, incluindo as operações de <i>hedge accounting</i> (nota explicativa nº 5.2)	(247.786)	(173.930)	(247.163)	(177.212)
Provisão de ICMS - ST (nota explicativa nº 21)	24.624	41.129	24.659	41.129
Provisões para perdas na realização de adiantamentos a fornecedores	898	2.789	898	2.789
Provisões para repartição de benefícios e parcerias a pagar	16.033	12.794	17.483	14.590
Provisões para participação nos resultados	34.568	34.768	54.427	77.912
Ajuste de vida útil de ativos	(68.971)	(75.086)	(118.632)	(128.367)
Provisão para crédito de carbono	8.297	4.208	8.297	4.208
Efeito sobre lucro não realizado nos estoques	-	-	32.899	25.604
Provisão/ (reversão) para perdas em imobilizado e intangível	777	6.365	(4.509)	9.048
INSS com exigibilidade suspensa (nota explicativa nº 21)	8.092	6.174	17.757	14.250
Arrendamento mercantil	20.918	14.325	22.268	14.325
Provisão para despesas diversas (a)	28.855	29.432	60.886	55.694
Plano de assistência médica pós-emprego	22.126	21.566	33.589	26.827
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis na combinação de negócios da Emeis Holdings Pty Ltd	0	-	(24.516)	(24.912)
Plano de outorga de ações	103.062	36.165	112.095	39.950
Outras diferenças temporárias	13.448	15.177	35.323	23.234
Total	153.258	197.183	374.448	398.400
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos	470.015	446.199	769.268	728.892
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos	(316.757)	(249.016)	(394.820)	(330.492)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	153.258	197.183	374.448	398.400

(a) Refere-se a (i) registro de provisão para atender o regime de competência refletindo autênticas despesas incorridas dentro do exercício, porém ainda sem emissão de faturas por parte dos fornecedores, e (ii) receitas diferidas.

A administração faz a avaliação de possibilidade de compensação de imposto de renda diferido ativo e imposto de renda diferido passivo de acordo com cada jurisdição. Como resultado, somente há posição de imposto de renda diferido passivo para a entidade The Body Shop International Limited.

ii) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Passivo:

	Consolidado	
	2019	2018
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis em combinação de negócios ^(a)	450.561	431.534

a) Contempla o imposto de renda diferido passivo sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis na aquisição da The Body Shop International Limited.

A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
2020	197.085	444.258
2021	129.479	146.624
2022	74.765	83.635
2023	26.509	36.050
2024	8.892	14.963
2025 em diante	33.285	43.737
	470.015	769.267

As controladas com operações no exterior citadas abaixo não registram integralmente os créditos tributários em suas demonstrações financeiras sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias devido à ausência de histórico de lucros tributáveis e projeções de lucros tributáveis para os próximos exercícios.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os valores dos prejuízos fiscais nessas controladas são demonstrados conforme segue:

Prejuízos fiscais	2019	2018
Natura (França e EUA)	449.378	382.971
Aesop (Operações EUA, Alemanha e Brasil)	46.381	47.659
The Body Shop (Operações EUA, França e Brasil)	384.757	406.556
	880.516	837.186

b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	326.501	457.248	551.608	673.405
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(111.010)	(155.464)	(187.547)	(228.958)
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica – Lei nº11.196/05 (a)	19.228	-	19.228	-
Incentivos fiscais	6.155	978	12.457	10.794
Subvenção de investimento (b)	24.864	12.505	24.864	12.505
Equivalência patrimonial (nota explicativa nº 14)	149.326	190.912	-	-
Efeito de diferenças de alíquotas de imposto de entidades no exterior	-	-	26.907	14.077
Reconhecimento de prejuízo fiscal de anos anteriores – EUA e México	-	-	-	70.065
Tributação de lucros de controladas no exterior	(60.304)	(12.694)	(60.305)	(12.694)
Prejuízo fiscal não reconhecido no exercício	-	-	(5.258)	(11.799)
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio	37.628	40.208	37.628	40.208
Contingência de imposto de renda de operações internacionais	-	-	(13.120)	-
Plano de assistência médica pós-emprego	-	23.977	-	30.082
Exercício de planos de outorga de opções de compra de ações e ações restritas	8.469	-	9.697	-
Outras diferenças permanentes	(8.466)	(9.291)	(23.768)	(49.306)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	65.890	91.131	(159.217)	(125.026)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	112.842	109.667	(104.899)	(182.324)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(46.952)	(18.536)	(54.318)	57.298
Taxa efetiva - %	(20,2)	(19,9)	28,9	18,6

a) Refere-se ao benefício fiscal instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida Lei.

b) A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS decorrente de suas operações ordinárias (Subvenção de Investimento).

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferido ativo e passivo, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, está assim representada:

	Ativo		Passivo
	Controladora	Consolidado	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	174.130	344.153	(422.369)
Efeito no resultado	(18.536)	52.384	4.914
Incorporação Natura Inovação	6.800	-	-
Reserva de outorga de opções e ações restritas	10.982	12.167	-
Efeito outros resultados abrangentes	23.807	26.916	-
Variação cambial em outros resultados abrangentes	-	39	(51.338)
Transferência entre imposto de renda e contribuição social diferido passivo e ativo	-	(37.259)	37.259
Saldo em 31 de dezembro de 2018	197.183	398.400	(431.534)
Efeito no resultado	(46.952)	(67.135)	12.817
Reserva de outorga de opções e ações restritas	41.437	44.844	-
Efeito outros resultados abrangentes	(38.410)	(31.881)	-
Variação cambial em outros resultados abrangentes	-	30.221	(31.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	153.258	374.447	(450.561)

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Os depósitos judiciais mantidos pela Companhia e por suas controladas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Processos tributários sem provisão ^(a)	150.400	121.639	203.403	173.027
Processos tributários provisionados ^(b) (nota 20 e 21)	107.685	131.968	116.415	140.750
Processos cíveis sem provisão	2.120	2.285	2.541	2.822
Processos cíveis provisionados (nota 21)	333	553	426	649
Processos trabalhistas sem provisão	6.873	5.392	8.683	6.991
Processos trabalhistas provisionados (nota 21)	4.851	7.850	5.787	9.338
Total de depósito judicial	272.262	269.687	337.255	333.577

a) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se, substancialmente, ao ICMS-ST, destacados na nota explicativa nº 20. (a) passivos contingentes - risco de perda possível.

b) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se, substancialmente, a somatória dos valores destacados na nota explicativa nº 21b, item (a), e os valores provisionados conforme nota explicativa nº 20.

Segue abaixo a movimentação do saldo de depósitos judiciais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	262.214	319.433
Novos depósitos	12.158	19.691
Resgates	(13.722)	(13.948)
Atualização monetária	11.465	13.780
Incorporação da Natura Inovação	1.748	-
Baixas para despesa	(4.176)	(5.379)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	269.687	333.577
Novos depósitos	2.234	2.542
Resgates	(7.087)	(7.556)
Atualização monetária	11.020	13.352
Baixas para despesa	(3.592)	(4.660)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	272.262	337.255

Além de depósitos judiciais, a Companhia possui apólices de seguros garantias para alguns processos judiciais. Os detalhes destes seguros estão apresentados na nota explicativa nº 33.

13. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamento para propaganda e marketing	23.037	48.126	28.669	48.429
Adiantamento para fornecedores	17.769	10.770	102.225	76.707
Adiantamento para colaboradores	6.147	6.898	13.983	12.965
Adiantamento e depósito caução de aluguel ^(a)	-	-	96.202	96.177
Despesas antecipadas com seguros	24.651	3.256	29.647	7.535
Adiantamento para despachante aduaneiro - Impostos de importação	-	17	34.932	14.866
Ativos destinados à venda	-	160	-	160
Crédito de carbono	3.508	10.317	3.508	10.317
Outros	1.847	4.304	39.868	47.475
	76.959	83.848	349.034	314.631
Circulante	76.649	83.688	265.198	263.025
Não circulante	310	160	83.836	51.606

- a) Refere-se substancialmente (i) aos adiantamentos de contratos de aluguel que não foram incluídos na mensuração inicial do passivo de arrendamento mercantil / direito de uso da controlada The Body Shop International Limited, conforme isenções previstas no CPC 06(R2) / IFRS 16; e (ii) aos depósitos caução para aluguel de imóveis de determinadas lojas das controladas The Body Shop International Limited e Emeis Holdings Pty Ltd., que serão devolvidas pelo arrendador no encerramento dos contratos de aluguel.

14. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	2019	2018
Investimentos em controladas	7.826.601	7.453.362

Informações e movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (*)	Natura Cosméticos S.A. - Chile	Natura Cosméticos S.A. - Peru	Natura Cosméticos S.A. - Argentina	Natura Cosméticos C.A. - Venezuela	Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	Natura Cosméticos de México S.A. (*)	Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	Natura (Brasil) International B.V. - Holanda (*)	Natura Cosméticos España S.L.	Natura Biosphera Franqueadora Ltda.	Natura Comercial Ltda.	Natura Brazil Pty Ltd (*)	Total
Percentual de participação	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%	100,00%	99,99%	99,99%	100,00%	
Patrimônio líquido das controladas	1.608.462	153.722	40.459	202.729	-	-	201.364	114.922	4.838.671	(33)	37.792	83.254	575.143	7.856.485
Participação no patrimônio líquido	1.578.660	153.707	40.455	202.709	-	-	201.344	114.911	4.838.671	(33)	37.788	83.246	575.143	7.826.601
Lucro líquido do exercício das controladas	121.130	16.373	15.887	38.858	-	-	75.502	33.394	32.588	(40)	16.011	1.425	88.099	439.227
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.611.972	135.720	20.510	201.643	232	29.051	45.466	49.502	4.090.845	101	10.937	37.471	369.019	6.602.469
Resultado de equivalência patrimonial	295.070	23.351	(1.135)	14.005	-	15.720	57.995	26.212	60.455	-	10.842	(2.650)	61.642	561.507
Variação cambial e outros ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	(75)	5.080	3.473	(82.443)	(232)	-	10.370	2.552	503.348	12	-	-	22.053	464.138
Efeito ajuste economia hiperinflacionária	-	-	-	66.655	-	-	-	-	-	-	-	-	-	66.655
Contribuição da controladora para planos de opções de ações concedidos a executivos de controladas e outras reservas líquido dos efeitos tributários	3.889	-	-	-	-	(13.299)	-	-	-	-	-	-	-	(9.410)
Ganhos / (Perdas) atuariais líquido dos efeitos tributários	(2.990)	-	-	-	-	1.596	-	-	-	-	-	-	-	(1.394)
Efeito sobre <i>hedge accounting</i> líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(54)	-	10	-	-	-	-	(44)
Incorporação Natura Inovação	-	-	-	-	-	(33.068)	-	-	-	-	-	-	-	(33.068)
Distribuição de dividendos	(195.000)	(19.566)	-	(22.595)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(237.161)
Aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	19.670	-	-	20.000	-	39.670
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.712.866	144.585	22.848	177.265	-	-	113.777	78.266	4.674.328	113	21.779	54.821	452.714	7.453.362
Resultado de equivalência patrimonial	121.118	16.371	15.885	38.854	-	-	75.494	33.391	32.588	(40)	16.009	1.425	88.099	439.194
Variação cambial e outros ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	(147)	(7.249)	1.722	(61.209)	-	-	12.013	3.254	280.817	(106)	-	-	32.671	261.766
Efeito ajuste economia hiperinflacionária	-	-	-	59.818	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59.818
Contribuição da controladora para planos de opções de ações concedidos a executivos de controladas e outras reservas líquido dos efeitos tributários	6.586	-	-	-	-	-	-	-	3.017	-	-	-	1.659	11.262
Ganhos / (Perdas) atuariais líquido dos efeitos tributários	(11.431)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.431)
Efeito sobre <i>hedge accounting</i> líquido dos efeitos tributários	(332)	-	-	-	-	-	60	-	(1.775)	-	-	-	-	(2.047)
Distribuição de dividendos	(250.000)	-	-	(12.807)	-	-	-	-	(199.915)	-	-	-	-	(462.722)
Aumentos de capital	-	-	-	788	-	-	-	-	49.611	-	-	27.000	-	77.399
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.578.660	153.707	40.455	202.709	-	-	201.344	114.911	4.838.671	(33)	37.788	83.246	575.143	7.826.601

(*) Informações consolidadas das seguintes empresas:

Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.: Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. e Natura Logística e Serviços Ltda.

Natura Cosméticos de México S.A.: Natura Cosméticos y Servicios de México, S.A. de C.V., Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V. e Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V.

Natura (Brasil) International B.V. - Holanda: Natura (Brasil) International B.V. (Holanda), Natura Brasil Inc. (EUA - Delaware), Natura International Inc. (EUA - Nova York), Natura Europa SAS (França) e The Body Shop International Limited.

Natura Brazil Pty. Ltd.: Natura Brazil Pty. Ltd., Natura Cosmetics Australia Pty. Ltd. e Emeis Holdings Pty. Ltd.

15. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	Controladora					2019
		2018	Adições	Baixas	Transferências	Outras movimentações	
Valor de custo:							
Veículos	2 a 5	44.214	698	(31.957)	-	(2.093)	10.862
Ferramentas e Acessórios	3 a 20	970	283	-	-	(47)	1.206
Máquinas e acessórios	2 a 15	198.641	194	(244)	8.916	(9.133)	198.374
Benfeitoria em propriedade de terceiros ^(a)	2 a 20	105.083	-	(891)	-	(1.846)	102.346
Edifícios	14 a 60	477.094	-	-	(477.094)	-	-
Móveis e utensílios	2 a 25	26.465	131	(408)	955	-	27.143
Terrenos	-	4.413	-	-	-	-	4.413
Equipamentos de informática	3 a 15	113.268	1.589	(97)	2.168	(1.614)	115.314
Projetos em andamento	-	10.399	41.112	-	(16.546)	(1.229)	33.736
Total custo		980.547	44.007	(33.597)	(481.601)	(15.962)	493.394
Valor da depreciação:							
Veículos		(20.996)	(7.481)	21.197	-	2.093	(5.187)
Ferramentas e Acessórios		(66)	(67)	-	-	47	(86)
Máquinas e Acessórios		(89.744)	(10.274)	198	150	9.277	(90.393)
Benfeitoria em propriedade de terceiros ^(a)		(35.237)	(7.697)	885	-	1.846	(40.203)
Edifícios		(71.040)	-	-	71.040	-	-
Móveis e utensílios		(7.872)	(1.754)	243	(427)	1.614	(8.196)
Equipamentos de informática		(87.645)	(8.387)	130	(150)	1.546	(94.506)
Total depreciação		(312.600)	(35.660)	22.653	70.613	16.423	(238.571)
Total Geral		667.947	8.347	(10.944)	(410.988)	461	254.823

a) As taxas de depreciação consideram os prazos de aluguel dos imóveis arrendados;

	Vida útil em anos	Controladora					2018	
		2017	Adições	Adições Incorporação	Baixas	Transferências		Outras movimentações
Valor de custo:								
Veículos	2 a 5	38.227	13.903	3.642	(12.179)	621	-	44.214
Ferramentas e Acessórios	3 a 20	133	-	837	-	-	-	970
Máquinas e acessórios	2 a 15	181.515	874	16.229	-	23	-	198.641
Benfeitoria em propriedade de terceiros (a)	2 a 20	91.814	2.500	5.736	(5)	5.038	-	105.083
Edifícios	14 a 60	477.094	-	-	-	-	-	477.094
Móveis e utensílios	2 a 25	23.364	117	2.543	(15)	456	-	26.465
Terrenos	-	4.413	-	-	-	-	-	4.413
Equipamentos de informática	3 a 15	109.880	685	1.673	(410)	1.440	-	113.268
Projetos em andamento	-	8.594	14.245	314	-	(10.230)	(2.524)	10.399
Total custo		935.034	32.324	30.974	(12.609)	(2.652)	(2.524)	980.547
Valor da depreciação:								
Veículos		(17.529)	(10.145)	(2.093)	8.800	(29)	-	(20.996)
Ferramentas e Acessórios		-	(18)	(47)	-	(1)	-	(66)
Máquinas e Acessórios		(67.875)	(12.719)	(9.263)	(59)	172	-	(89.744)
Benfeitoria em propriedade de terceiros (a)		(26.751)	(6.642)	(1.846)	2	-	-	(35.237)
Edifícios		(38.069)	(33.019)	-	-	48	-	(71.040)
Móveis e utensílios		(4.423)	(1.628)	(1.614)	(15)	(192)	-	(7.872)
Equipamentos de informática		(74.091)	(12.422)	(1.546)	412	2	-	(87.645)
Total depreciação		(228.738)	(76.593)	(16.409)	9.140	0	-	(312.600)
Total Geral		706.296	(44.269)	14.565	(3.469)	(2.652)	(2.524)	667.947

	Consolidado							
	Vida útil em anos	2018	Adições	Baixas	Impairment	Transferências	Outras movimentações incluindo variação cambial	2019
Valor de custo:								
Veículos	2 a 5	78.072	12.463	(41.883)	-	99	(3.173)	45.578
Moldes	3	203.814	1.499	(23.823)	-	10.874	192	192.556
Ferramentas e acessórios	3 a 20	8.161	314	(445)	-	3.910	34	11.974
Instalações	3 a 60	310.282	49	-	-	(1.534)	975	309.772
Máquinas e acessórios	3 a 15	819.919	9.563	(1.259)	-	54.336	(16.108)	866.451
Benfeitoria em propriedade de terceiros ^(a)	2 a 20	577.217	46.869	(23.243)	(1.958)	20.645	(4.427)	615.103
Edifícios	14 a 60	940.002	2.245	-	(887)	(555.221)	818	386.957
Móveis e utensílios	2 a 25	362.817	40.118	(3.031)	(3.514)	16.978	(15.641)	397.727
Terrenos	-	30.525	-	-	-	4.653	(21)	35.157
Equipamentos de informática	3 a 15	263.524	21.976	(3.902)	-	18.483	(2.853)	297.228
Projetos em andamento	-	103.463	204.107	(2.247)	-	(146.598)	(2.714)	156.011
Total custo		3.697.796	339.203	(99.833)	(6.359)	(573.375)	(42.918)	3.314.514
Valor da depreciação:								
Veículos		(31.784)	(15.832)	27.478	-	(7)	3.221	(16.924)
Moldes		(191.501)	(8.314)	23.739	-	148	(10)	(175.938)
Ferramentas e Acessórios		(2.954)	(687)	410	-	-	(24)	(3.255)
Instalações		(147.309)	(20.703)	-	-	1.234	(584)	(167.362)
Máquinas e Acessórios		(379.050)	(56.617)	657	-	-	18.274	(416.736)
Benfeitoria em propriedade de terceiros ^(a)		(217.167)	(90.281)	19.089	-	5.292	15.696	(267.371)
Edifícios		(191.422)	(7.315)	-	-	96.558	394	(101.785)
Móveis e utensílios		(138.078)	(78.988)	2.734	-	(184)	20.543	(193.973)
Equipamentos de informática		(161.817)	(44.606)	3.443	-	(936)	6.635	(197.281)
Total depreciação		(1.461.082)	(323.343)	77.550	-	102.105	64.145	(1.540.625)
Total Geral		2.236.714	15.860	(22.283)	(6.359)	(471.270)	21.227	1.773.889

Valor de custo:	Consolidado							2018
	Vida útil em anos	2017	Adições	Baixas	Impairment	Transferências	Outras movimentações incluindo variação cambial (g) (i)	
Veículos	2 a 5	73.775	25.215	(20.835)	-	320	(403)	78.072
Moldes	3	219.402	95	(23.925)	-	7.930	312	203.814
Ferramentas e acessórios	3 a 20	6.404	57	-	-	1.499	201	8.161
Instalações	3 a 60	297.943	3.961	(223)	-	2.108	6.493	310.282
Máquinas e acessórios	3 a 15	783.134	11.213	(433)	-	4.807	21.198	819.919
Benfeitoria em propriedade de terceiros (a)	2 a 20	668.255	33.549	(9.477)	(128)	62.324	(177.306)	577.217
Edifícios	14 a 60	965.596	440	(94)	57	9	(26.006)	940.002
Móveis e utensílios	2 a 25	797.929	34.887	(585)	(2.896)	11.373	(477.891)	362.817
Terrenos	-	30.525	-	-	-	-	-	30.525
Equipamentos de informática	3 a 15	294.401	24.488	(2.093)	582	18.460	(72.314)	263.524
Projetos em andamento	-	78.414	157.829	(3.214)	-	(132.542)	2.976	103.463
Total custo		4.215.778	291.734	(60.879)	(2.385)	(23.712)	(722.740)	3.697.796
Valor da depreciação:								
Veículos		(29.633)	(16.524)	14.065	-	10	298	(31.784)
Moldes		(201.313)	(14.710)	24.567	-	4	(49)	(191.501)
Ferramentas e acessórios		(2.393)	(407)	-	-	-	(154)	(2.954)
Instalações		(128.540)	(17.333)	-	-	(1)	(1.435)	(147.309)
Máquinas e acessórios		(327.579)	(56.399)	257	-	-	4.671	(379.050)
Benfeitoria em propriedade de terceiros (a)		(385.286)	(82.950)	7.867	-	529	242.673	(217.167)
Edifícios		(158.801)	(43.092)	-	-	-	10.471	(191.422)
Móveis e utensílios		(508.942)	(89.478)	458	-	269	459.615	(138.078)
Equipamentos de informática		(196.617)	(45.426)	2.061	-	239	77.926	(161.817)
Total depreciação acumulada		(1.939.104)	(366.319)	49.275	-	1.050	794.016	(1.461.082)
Total líquido		2.276.674	(74.585)	(11.604)	(2.385)	(22.662)	71.276	2.236.714

16. INTANGÍVEL

	Vida útil em anos	Controladora					2019
		2018	Adições	Baixas	Transferências	Outras movimentações	
Valor de custo:							
Software	3 a 10	786.523	11.793	(7.172)	69.962	-	861.106
Outros intangíveis	2	83.451	112.790	(467)	(65.455)	-	130.319
Total custo		869.974	124.583	(7.639)	4.507	-	991.425
Valor da amortização:							
Software		(404.199)	(112.697)	5.419	426	(847)	(511.898)
Outros intangíveis		(13.603)	(763)	-	-	(250)	(14.616)
Total amortização acumulada		(417.802)	(113.460)	5.419	426	(1.097)	(526.514)
Total líquido		452.172	11.123	(2.220)	4.933	(1.097)	464.911

	Vida útil em anos	Controladora					2018	
		2017	Adições	Adições Incorporação (h)	Baixas	Transferências		Outras movimentações
Valor de custo:								
Software e outros	2,5 a 10	792.016	87.564	5.256	(854)	4.304	(18.312)	869.974
Total custo		792.016	87.564	5.256	(854)	4.304	(18.312)	869.974
Valor da amortização:								
Software e outros		(317.674)	(113.926)	-	182	(1.652)	15.268	(417.802)
Total amortização acumulada		(317.674)	(113.926)	-	182	(1.652)	15.268	(417.802)
Total líquido		474.342	(26.362)	5.256	(672)	2.652	(3.044)	452.172

	Consolidado							2019
	Vida útil em anos	2018	Adições	Baixas	Reversão (provisão) de impairment	Transferências	Outras movimentações incluindo variação cambial (f)	
Valor de custo:								
<i>Software</i>	2,5 a 10	1.089.900	83.064	(546)	-	118.442	22.230	1.313.090
Marcas e patentes (Vida útil definida)	25	111.801	-	-	-	(154)	5.158	116.805
Marcas e patentes (Vida útil indefinida)	-	2.040.067	-	-	-	-	131.518	2.171.585
<i>Goodwill</i> Emeis Brazil Pty Ltd. (a)	-	96.867	-	-	-	-	3.370	100.237
<i>Goodwill</i> The Body Shop International Limited (b)	-	1.348.670	-	-	-	-	85.699	1.434.369
<i>Goodwill</i> aquisição de lojas The Body Shop	-	1.456	-	-	-	-	-	1.456
Relacionamento com clientes varejistas	10	1.740	-	-	-	-	247	1.987
Fundo de Comércio (vida útil indefinida) (c)	-	102.310	-	-	-	(101.001)	16.492	17.801
Fundo de Comércio (Vida útil definida) (d)	3 a 18	48.888	-	-	2.818	(39.283)	24	12.447
Relacionamento com franqueados e subfranqueados (e)	15	590.588	-	(17.958)	-	(371)	30.699	602.958
Outros intangíveis	2 a 10	121.697	145.483	(1.133)	-	(146.364)	(9.395)	110.288
Total custo		5.553.984	228.547	(19.637)	2.818	(168.731)	286.042	5.883.023
Valor da amortização:								
<i>Software</i>		(483.666)	(169.174)	6.817	-	270	(3.594)	(649.347)
Marcas e patentes		(37.898)	(4.330)	-	-	154	(2.034)	(44.108)
Fundo de Comércio		(2.835)	-	-	-	7.336	(6.698)	(2.197)
Relacionamento com clientes varejistas		(1.149)	(194)	-	-	-	(596)	(1.939)
Relacionamento com franqueados e subfranqueados		(55.508)	(43.150)	-	-	371	2.515	(95.772)
Outros intangíveis		(22.383)	(1.601)	585	-	261	9.979	(13.159)
Total amortização acumulada		(603.439)	(218.449)	7.402	-	8.392	(428)	(806.522)
Total líquido		4.950.545	10.098	(12.235)	2.818	(160.339)	285.614	5.076.501

	Consolidado							2018
	Vida útil em anos	2017	Adições	Baixas	Impairment	Transferências	Outras movimentações incluindo variação cambial (f) (i)	
Valor de custo:								
Software e outros	2,5 a 10	1.104.603	189.969	(3.702)	90	8.299	(87.663)	1.211.597
Marcas e patentes (Vida útil definida)	25	103.076	610	-	-	-	8.115	111.801
Marcas e patentes (Vida útil indefinida)	-	1.833.790	-	-	-	-	206.277	2.040.067
Goodwill Emeis Brazil Pty Ltd. (a)	-	91.302	-	-	-	-	5.565	96.867
Goodwill The Body Shop International Limited (b)	-	1.177.377	-	-	-	-	171.293	1.348.670
Goodwill aquisição de lojas The Body Shop	-	-	1.434	-	-	-	22	1.456
Relacionamento com clientes varejistas	10	1.638	-	-	-	-	102	1.740
Fundo de Comércio (vida útil indefinida) (c)	-	57.863	3.357	(2.169)	(4.236)	17.175	30.320	102.310
Fundo de Comércio (Vida útil definida) (d)	3 a 18	95.733	4.709	(419)	(1.985)	(1.171)	(47.979)	48.888
Relacionamento com franqueados e subfranqueados (e)	15	586.059	-	-	-	-	4.529	590.588
Total custo		5.051.443	200.079	(6.290)	(6.131)	24.303	290.580	5.553.984
Valor da amortização:								
Software e outros		(476.269)	(156.919)	1.419	-	(1.713)	127.433	(506.049)
Marcas e patentes		(9.686)	(13.403)	-	-	-	(14.809)	(37.898)
Fundo de Comércio		(26.128)	(10.089)	418	-	72	32.892	(2.835)
Relacionamento com clientes varejistas		(503)	(589)	-	-	-	(57)	(1.149)
Relacionamento com franqueados e subfranqueados		(63.248)	(42.592)	-	-	-	50.332	(55.508)
Total amortização acumulada		(575.834)	(223.592)	1.837	-	(1.641)	195.791	(603.439)
Total líquido		4.475.609	(23.513)	(4.453)	(6.131)	22.662	486.371	4.950.545

- (a) Ágio referente à aquisição da Emeis Holdings Pty Ltd., classificado como expectativa de rentabilidade futura. Não possui vida útil definida e está sujeito a testes anuais de recuperabilidade;
- (b) Ágio decorrente da aquisição da The Body Shop International Limited, classificado como expectativa de rentabilidade futura. Não possui vida útil definida e está sujeito a testes anuais de recuperabilidade;
- (c) Fundo de comércio com vida útil indefinida refere-se a pagamentos feitos a ex-locatários, para obter o direito de alugar o imóvel nos termos do contrato de arrendamento e que podem ser negociados posteriormente com futuros locatários, no caso do encerramento do contrato de aluguel. Este saldo foi considerado como escopo da norma de arrendamento (CPC 06 / IFRS 16), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 (nota 3.29). O saldo não reclassificado para Direito de Uso do ativo, refere-se a contratos que a norma isenta na data inicial, ou seja, contratos de curto prazo. O saldo remanescente não é amortizado e está sujeito a um teste anual de recuperabilidade;
- (d) Fundo de comércio com vida útil definida refere-se a pagamentos feitos a ex-locatários ou locadores, para obter o direito de alugar o imóvel nos termos do contrato de arrendamento e que não podem ser negociados ou recuperados posteriormente. Este saldo foi considerado como escopo da norma de arrendamento (CPC 06 / IFRS 16), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 (nota 3.29). O saldo não reclassificado para Direito de Uso do ativo, refere-se a contratos que a norma isenta na data inicial, ou seja, contratos de curto prazo. O saldo remanescente é amortizado durante o prazo dos contratos
- (e) O saldo refere-se a ativos intangíveis identificáveis de relacionamento com os franqueados e subfranqueados da The Body Shop International Limited (relacionamento onde o franqueado possui todos os direitos para operar dentro de um território) e subfranqueados (relacionamento onde um franqueado opera uma única loja dentro de um mercado), com vida útil estimada de 15 anos. Em 2019 foi efetuado uma baixa de contratos com subfranqueados no Brasil; e
- (f) Inclui a atualização inflacionária da Natura Argentina.

a) Teste de recuperabilidade de ativos intangíveis com vida útil indefinida

Os ágios oriundos de expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas e os ativos intangíveis com vida útil indefinida foram alocados aos grupos de UGCs da Sociedade. De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36 - Impairment of Assets), quando uma UGC ou um grupo de UGCs possui um ativo intangível com vida útil indefinida alocado, a Sociedade deve realizar anualmente o teste de recuperabilidade do seu valor contábil. Os grupos de UGCs com ativos intangíveis nessa situação em 31 de dezembro de 2019 estão apresentados a seguir:

2019			
Consolidado			
Grupo de UGCs / Segmento Operacional	Marcas e patentes	Goodwill	Total
Aesop	-	100.238	100.238
The Body Shop	2.169.019	1.434.369	3.603.388
Outros	2.566	-	2.566
Total	2.171.585	1.534.607	3.706.192

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor justo menos custo de venda em 31 de dezembro de 2019 são as que seguem:

	Aesop	The Body Shop
Mensuração do valor recuperável (valor justo menos custo de venda)	Fluxo de caixa descontado.	
Projeção do fluxo de caixa	Ciclo operacional do negócio (aproximadamente 5 anos) com perpetuidade.	Ciclo operacional do negócio (aproximadamente 5 anos) com perpetuidade.
Margem bruta orçada	Média da margem bruta baseada no histórico e nas projeções para os próximos 5 anos.	Média da margem bruta baseada no histórico e nas projeções para os próximos 5 anos.
Estimativa de custos	Custos baseados em dados históricos e tendências de mercado, otimização das operações de varejo (renovação da presença geográfica das lojas, revitalização da rede de franqueados) e expansão física com crescimento da participação de mercado.	
Taxa de crescimento na perpetuidade (*)	Crescimento constante de 2,5%.	Crescimento constante de 2,0%.
Taxa de desconto	Estes fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos de 11,52% a.a. para a The Body Shop e de 12,34% a.a. para a Aesop, em termos reais. A taxa de desconto foi baseada no custo médio ponderado de capital que reflete o risco específico de cada segmento.	

(*) Fundamentada pela inflação aplicável ao país sede de cada segmento, com base em informações públicas divulgadas pelo fundo monetário internacional.

A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis: (i) taxa de desconto e (ii) taxa de crescimento na perpetuidade, dado seus impactos potenciais nos fluxos de caixas. Um acréscimo de 1 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 1 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada grupo de UGCs não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

17. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Direito de uso

	Vida útil em anos ⁽ⁱ⁾	Adoção Inicial (Nota 3.29)	Controladora				2019
			Adições	Baixas	Transferências (ii)	Outras movimentações	
Valor de custo:							
Veículos	3	-	35.147	(143)	-	-	35.004
Edifícios	3 a 10	61.375	153	-	406.055	-	467.583
Total custo		61.375	35.300	(143)	406.055	-	502.587
Valor da depreciação:							
Veículos		-	(6.198)	38	-	-	(6.160)
Edifícios		-	(45.674)	-	-	-	(45.674)
Total depreciação acumulada		-	(51.872)	38	-	-	(51.834)
Total líquido		61.375	(16.572)	(105)	406.055	-	450.753
	Vida útil em anos ⁽ⁱ⁾	Adoção Inicial (Nota 3.29)	Consolidado				2019
			Adições	Baixas	Transferências (ii)	Outras movimentações	
Valor de custo:							
Veículos	3	-	40.069	(146)	-	95	40.018
Máquinas e equipamentos	3 a 10	-	14.954	(40)	-	664	15.578
Edifícios	3 a 10	103.945	187.294	-	481.235	12.426	784.900
Equipamentos de informática	10	-	279	-	-	4	283
Lojas de varejo	3 a 10	1.819.951	416.250	(76.022)	150.374	39.824	2.350.377
Ferramentas e Acessórios	3	-	2.650	-	-	153	2.803
Total custo		1.923.896	661.496	(76.208)	631.609	53.166	3.193.959
Valor da depreciação:							
Veículos		-	(8.083)	38	-	(64)	(8.109)
Máquinas e equipamentos		-	(4.126)	-	-	(191)	(4.317)
Edifícios		-	(95.734)	-	-	(1.456)	(97.190)
Equipamentos de informática		-	(209)	-	-	(5)	(214)
Lojas de varejo		-	(466.590)	(2.968)	-	6.226	(463.332)
Ferramentas e Acessórios		-	(882)	-	-	(54)	(936)
Total depreciação acumulada		-	(575.624)	(2.930)	-	4.456	(574.098)
Total líquido		1.923.896	85.872	(79.138)	631.609	57.622	2.619.861

i) As vidas úteis aplicadas referem-se aos prazos pelos quais a Companhia tem segurança de que utilizará os ativos objetos dos contratos de arrendamento mercantil observando as condições contratuais. Em 1º de janeiro de 2019 correspondiam ao prazo remanescente dos contratos vigentes na data da transição da norma de Arrendamentos, conforme nota explicativa nº 3.15.

ii) Saldos de Arrendamento Mercantil Financeiro registrados no Imobilizado em 31 de dezembro de 2018, sendo R\$406.055 da controladora e R\$481.235 do consolidado, e saldos de fundos de comércio das lojas de varejo, transferidos de intangíveis, no total de R\$150.374 no consolidado.

	Controladora	Consolidado
Valores reconhecidos na demonstração de resultados durante o exercício de 2019		
Despesa financeira sobre arrendamento	41.371	134.579
Amortização de direito de uso	51.872	575.624
Apropriação no resultado de parcelas variáveis de arrendamento não incluídos na mensuração do passivo de arrendamento	-	31.023
Receitas com sublocações	-	(2.698)
Despesas de arrendamento de curto prazo e ativos de baixo valor	7.192	126.067
Outras despesas relacionadas a arrendamentos	-	22.214
Total	100.435	886.809
Valores reconhecidos na demonstração de fluxo de caixa financeiro em 2019		
Pagamento de arrendamento mercantil (principal)	78.250	497.905
Valores reconhecidos na demonstração de fluxo de caixa operacional em 2019		
Pagamento de arrendamento mercantil (juros)	-	134.579
Pagamentos variáveis de arrendamento não incluídos na mensuração do passivo de arrendamento	-	11.199
Pagamentos de arrendamento de curto prazo e de ativos de baixo valor	-	69.162
Outros pagamentos relacionados a arrendamentos	-	26.460
Total	78.250	739.305

b) Arrendamento mercantil

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante	44.813	52.227	542.088	68.764
Não circulante	331.794	293.841	1.975.477	377.471

Segue abaixo a movimentação do saldo de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018 ⁽ⁱ⁾	346.068	446.235
Adoção inicial do CPC 06(R2) / IFRS 16	61.375	1.949.739
Novos contratos	6.155	627.889
Pagamentos - principal	(36.879)	(497.905)
Pagamentos - juros	(41.371)	(134.579)
Apropriação de encargos financeiros	41.371	134.579
Baixas (ii)	(112)	(86.319)
Efeitos de conversão (outros resultados abrangentes)	-	77.926
Saldo em 31 de dezembro de 2019	376.607	2.517.565

i) Referente aos saldos de Arrendamento Mercantil Financeiro, conforme norma CPC06(R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, vigentes até 31 de dezembro de 2018; e

ii) Refere-se principalmente ao término de contratos relacionados a arrendamento de lojas.

Os vencimentos do saldo dos arrendamentos não circulante estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2021	45.042	49.663	374.746	86.638
2022	37.955	49.664	361.688	57.942
2023	38.788	49.663	358.274	55.422
2024 em diante	210.009	144.851	880.769	177.469
	331.794	293.841	1.975.477	377.471

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, de acordo com os prazos, conforme exigência do CPC 12, § 33:

Contratos por prazo e taxas de desconto		
Prazos contratos	Taxa % a.a.	
1 ano	1,9	até 10,5
2 anos	3,9	até 9,5
3 anos	5,8	até 10,6
4 anos	1,9	até 11,3
5 anos	6,9	até 14,0
6 anos	1,9	até 10,2
9 anos	8,2	
10 anos	13,6	
15 anos	9,0	

Como descrito na nota explicativa nº 3.29, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo. Considerando que os contratos de arrendamento da Companhia são substancialmente contratos com fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e, considerando também as sugestões de divulgação publicadas no Ofício Circular 02/19 da CVM, a Companhia fornece abaixo informações adicionais sobre as características dos contratos para que os usuários dessas demonstrações financeiras possam, a seu critério, realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pela inflação do período. A maioria do passivo de arrendamento se refere as operações da The Body Shop e Aesop, os quais os contratos foram assinados substancialmente em países de economias desenvolvidas. Portanto, para estes países, os efeitos potenciais do desconto não seriam significativos dado ao histórico de baixa inflação nestes países.

Maturidade	Taxa média desconto	Fluxo Contratual Pagamentos - Consolidados						Acima de 2025
		2020	2021	2022	2023	2024	2025	
2020-2022	1,9% à 10,6%	566.802	32.692	8.946	-	-	-	-
2023-2025	1,9% à 11,3%	32.802	304.688	305.886	302.042	298.194	271.790	-
2026-2028	6,9% à 14,0%	69.488	74.145	78.169	83.769	90.725	98.267	661.521
2029-2031	1,9% à 10,2%	4.778	4.778	4.778	4.778	4.778	4.778	16.324
Total		673.870	416.303	397.779	390.589	393.697	374.835	677.845
Inflação projetada ¹		3,40%	3,40%	3,40%	3,60%	3,60%	3,60%	3,80%

¹ Taxa obtida através de cotações de cupons DI x IPCA futuros observadas na B3, aplicados em contratos do Brasil.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado		Referência
	2019	2018	2019	2018	
<u>Captados em moeda local</u>					
Financiadora de estudos e projetos FINEP	101.988	135.618	101.988	135.618	A
Debêntures (a)	4.251.231	4.680.665	4.251.231	4.680.665	B
BNDES	12.009	22.926	35.390	73.384	C
BNDES – FINAME	-	64	183	735	D
Capital de Giro – Operação Peru	-	-	-	20.979	E
Capital de Giro - Operação México	-	-	31.802	10.017	F
Capital de Giro - Operação Aesop	-	-	100.438	59.850	G
Total em moeda local	4.365.228	4.839.273	4.521.032	4.981.248	
<u>Captados em moeda estrangeira</u>					
BNDES	1.935	5.725	8.029	17.137	H
Nota de Crédito à Exportação (NCE)	-	-	81.210	-	I
Títulos representativos de dívida (“Notes”)	3.090.490	2.995.760	3.090.490	2.995.760	J
Resolução nº 4131/62	202.231	-	202.231	-	K
Total em moeda estrangeira	3.294.656	3.001.485	3.381.960	3.012.897	
Total geral	7.659.884	7.840.758	7.902.992	7.994.145	
Circulante	344.385	1.053.680	470.973	1.113.095	
Não circulante	7.315.499	6.787.078	7.432.019	6.881.050	

(a) Debêntures				
Circulante	246.017	934.359	246.017	934.359
Não circulante	4.005.214	3.746.306	4.005.214	3.746.306

Referência	Moeda	Vencimento	Encargos	Taxa efetiva de juros	Garantias
A	Real	Junho de 2023	Juros de 3,5% a.a. para parcela com vencimento em junho de 2023	Juros de 3,5% a.a. para parcela com vencimento em junho de 2023	Carta de fiança bancária
B	Real	Agosto de 2024	Juros de 109% a 112% do CDI, 1,4%+CDI, 1,75%+CDI, 1,00%+CDI e 1,15%+CDI, com vencimentos em março de 2020, setembro de 2020, setembro de 2021, setembro de 2022 e agosto de 2024.	109,5% - 113,1% CDI+1,15% - CDI+1,79%	Não há
C	Real	Até Setembro de 2021	TJLP + juros de 0,5% a.a. a 3,96% a.a. e contratos com Taxa pré-fixada de 3,5% a.a. a 5% a.a. (PSI) (b)	TJLP + juros de 0,5% a.a. a 3,96% a.a. e contratos com Taxa pré-fixada de 3,5% a.a. a 5% a.a. (PSI) (b)	Carta de fiança bancária
D	Real	Até Março de 2021	Juros de 4,5% a.a. + TJLP contratados até 2012 e para os contratos firmados a partir de 2013 taxa pré-fixada de 3% a.a. (PSI) (b); Contratos agosto de 2014 a maio de 2016 taxa pré-fixada de 6% a.a. à 10,5% a.a..	Juros de 4,5% a.a. + TJLP contratados até 2012 e para os contratos firmados a partir de 2013 taxa pré-fixada de 3% a.a. (PSI) (b); Contratos agosto de 2014 a maio de 2016 taxa pré-fixada de 6% a.a. à 10,5% a.a..	Alienação fiduciária, aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e notas promissórias
E	Novo Sol	Julho de 2019	Juros de 3,99% a.a.	Juros de 3,99% a.a.	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
F	Peso Mexicano	Fevereiro de 2021 e Outubro de 2020	Juros de 1,15% a.a. + TIIE (c)	Juros de 1,15% a.a. + TIIE (c)	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
G	Dólar Australiano	Agosto de 2021	Libor + juros de 0,92% a.a.	Libor + juros de 0,92% a.a.	Carta fiança bancária
H	Dólar	Outubro de 2020	Juros de 1,8% a.a. a 2,3% a.a. + Resolução nº 635 (a)	Juros de 1,8% a.a. a 2,3% a.a. + Resolução nº 635 (a)	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e carta de fiança bancária
I	Dólar	Outubro de 2020	Libor + juros 0,87% a.a. (a)	Libor + juros 0,87% a.a. (a)	Não há
J	Dólar	Fevereiro de 2023	Juros de 5,375% a.a. (a)	6,1%	Não há
K	Dólar	Maior de 2022	Libor + juros 1,1% a.a. (a)	Libor + juros 1,1% a.a. (a)	Aval da controladora Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.

- a) Empréstimos e financiamentos para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo “swap” com a troca da indexação da moeda estrangeira para CDI. Estes empréstimos e financiamentos não estão sendo demonstrados líquidos de seus derivativos;
- b) PSI - Programa de Sustentação ao Investimento; e
- c) TIIE - Taxa de juros de equilíbrio interbancário do México.

Segue abaixo a movimentação do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.455.723	9.331.900
Aquisição/Incorporação de controlada	144.458	-
Captações	4.771.801	5.015.278
Amortizações	(5.790.546)	(6.598.490)
Apropriação de encargos financeiros	588.183	631.035
Pagamento de encargos financeiros	(582.322)	(626.915)
Variação cambial (não realizada)	595.765	608.845
Efeitos de conversão (outros resultados abrangentes)	-	21.439
Transferências/ Reclassificações (a)	(342.304)	(388.947)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.840.758	7.994.145
Captações	1.780.816	2.446.145
Amortizações	(2.039.470)	(2.622.613)
Apropriação de encargos financeiros	484.029	490.078
Pagamento de encargos financeiros	(504.442)	(499.798)
Variação cambial (não realizada)	96.275	88.097
Variação cambial (realizada)	1.918	5.903
Efeitos de conversão (outros resultados abrangentes)	-	1.035
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.659.884	7.902.992

a) Refere-se principalmente aos saldos reclassificados de arrendamento mercantil; e saldos reclassificados de subvenções governamentais considerando empréstimos do BNDES.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante de empréstimos, financiamentos e debêntures, estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2020	-	1.342.973	-	1.372.755
2021	2.163.239	2.162.212	2.279.759	2.226.402
2022	527.596	324.257	527.596	324.257
2023 em diante	4.624.664	2.957.636	4.624.664	2.957.636
	7.315.499	6.787.078	7.432.019	6.881.050

Os principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

a) Descrição dos empréstimos e financiamentos bancários

i) Debêntures

Em 25 de fevereiro de 2014, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, quirografárias, da Natura Cosméticos S.A., no montante total de R\$600.000. Foram emitidas 60.000 debêntures, sendo 20.000 debêntures alocadas na 1ª série, com vencimento em 24 de fevereiro de 2017, no montante de R\$214.385, 20.000 (vinte mil) debêntures alocadas na 2ª série, com vencimento em 25 de fevereiro de 2018 e 20.000 (vinte mil) debêntures alocadas na 3ª série, com vencimento em 25 de fevereiro de 2019, e remuneração correspondente a 107,00%, 107,5% e 108% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI, respectivamente.

Em 16 de março de 2015, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, quirografárias, da Natura Cosméticos S.A., no montante total de R\$800.000. Foram emitidas 80.000 debêntures, sendo 40.000 debêntures alocadas na 1ª série, com vencimento em 16 de março de 2018, 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures alocadas na 2ª série, com vencimento em 16 de março de 2019, e 15.000 (quinze mil) debêntures alocadas na 3ª série, com vencimento em 16 de março de 2020, e remuneração correspondente a 107%, 108,25% e 109% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI, respectivamente.

Em 28 de setembro de 2017, a Companhia realizou a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, quirografárias, da Natura Cosméticos S.A., no montante total de R\$2.600.000. Foram emitidas 260.000 debêntures, sendo 77.273 (setenta e sete mil e duzentas e setenta e três) debêntures alocadas na 1ª série, com vencimento em 25 de setembro de 2020 e 182.727 (cento e oitenta e dois mil e setecentos e vinte e sete) debêntures alocadas na 2ª série, com vencimento em 25 de setembro de 2021, remuneração correspondente a CDI+1,4% a.a. e CDI+1,75% a.a., respectivamente.

Em 16 de fevereiro de 2018 ocorreu a 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM número 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Emissão”, “Oferta Restrita”, “Debêntures” e “Instrução CVM 476”, respectivamente), no valor total de R\$1.400.000, sendo utilizados para a liquidação do saldo das notas promissórias. Os juros remuneratórios foram pagos em 3 (três) parcelas, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento ocorrido em 14 de agosto de 2018 e os demais pagamentos ocorridos em 14 de fevereiro de 2019 e na data de vencimento em 14 de agosto de 2019. Em 28 de setembro de 2018 houve amortização parcial no montante de R\$1,0 bilhão (um bilhão de reais) de pagamento decorrentes de resgate antecipado facultativo e amortização extraordinária facultativa, previstos na Escritura de Emissão, com remuneração correspondente a 110% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI. O saldo devedor da 8ª emissão no valor de R\$ 400.000 foi liquidado na data do vencimento, em 14 de agosto de 2019.

Em 21 de setembro de 2018 ocorreu a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em 3 séries, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM número 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Emissão”, “Oferta Restrita”, “Debêntures” e “Instrução CVM 476”, respectivamente), no valor total de R\$1.000.000, sendo utilizados para a amortização parcial antecipada referente a 8ª emissão. Foram emitidas 100.000 debêntures, sendo 38.904 (trinta e oito mil e novecentos e quatro) debêntures alocadas na 1ª série, com vencimento em 21 de setembro de 2020, 30.831 (trinta mil e oitocentos e trinta e um) de debêntures alocadas na 2ª série, com vencimento em 21 de setembro de 2021, e 30.265 (trinta mil e duzentos e sessenta e cinco) de debêntures alocadas na 3ª série, com vencimento em 21 de setembro de 2022 e remuneração correspondente a 109,5%, 110,5% e 112% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI, respectivamente.

Em 22 de julho de 2019 ocorreu a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 4 séries, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM número 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Emissão”, “Oferta Restrita”, “Debêntures” e “Instrução CVM 476”, respectivamente), no valor total de R\$1.576.450. Foram emitidas o total de 157.645 (cento e cinquenta e sete mil e seiscentos e quarenta e cinco) debêntures simples, não conversíveis em ações, em quatro séries, da espécie quirografária, todas nominativas e escriturais, sem emissão de certificados ou cautelas, com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais), sendo 40.000 (quarenta mil) debêntures alocadas na 1ª série, com vencimento em 26 de agosto de 2024, 9.570 (nove mil, quinhentos e setenta) debêntures alocadas na 2ª série, com vencimento em 26 de agosto de 2024, 68.623 (sessenta e oito mil, seiscentos e vinte e três) debêntures alocadas na 3ª série, com vencimento em 26 de agosto de 2024 e 39.452 (trinta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois) debêntures alocadas na 4ª série, com vencimento em 26 de agosto de 2024, e remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI acrescida em 1% para a 1ª série e 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI acrescida e 1,15% para as demais séries.

Os recursos oriundos da 10ª emissão foram assim utilizados: 1ª série: amortização integral da 8ª emissão de debêntures no valor de R\$400.000, 2ª série: amortização parcial da 3ª série da 6ª emissão no valor de R\$92.820, 3ª série: amortização parcial da 1ª série da 7ª emissão no valor de R\$664.090, 4ª série: amortização parcial da 1ª série da 9ª emissão no valor de R\$382.960.

A apropriação de custos referente à emissão das debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$4.760 (R\$19.307 em 31 de dezembro de 2018), contabilizados mensalmente na rubrica de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros. O saldo de custos de emissão a apropriar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$13.354 (R\$8.986 em 31 de dezembro de 2018).

ii) Títulos representativos de dívida (“Notes”)

Em 1 de fevereiro de 2018 ocorreu a captação de US\$ 750 milhões, à taxa de 5,375%a.a., com pagamentos semestrais de juros nos meses de fevereiro e agosto e vencimento no dia 01 de fevereiro de 2023.

Os recursos captados por meio da emissão de “Notes” foram integralmente utilizados para o pagamento de parte da dívida da Companhia decorrente da 3ª emissão de 74 notas promissórias comerciais, em série única, no valor de R\$3,7 bilhões, as quais foram emitidas para financiar a aquisição da The Body Shop International Limited.

Concomitante à emissão de títulos representativos de dívida (“Notes”) no mercado internacional, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos (“swaps”) com objetivo de eliminar do resultado variações cambiais geradas pelas exposições do principal contratado e dos juros devidos conforme os vencimentos contratuais da respectiva emissão.

A apropriação de custos referente à emissão dos Títulos representativos de dívida da Companhia (“Notes”) no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$6.737 (R\$5.364 em 31 de dezembro de 2018), contabilizados

mensalmente na rubrica de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros. O saldo de custos de emissão a apropriar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$22.782 (R\$26.167 em 31 de dezembro de 2018).

iii) Nota de Crédito à Exportação (NCE)

Em 02 de outubro de 2019 ocorreu a captação de R\$ 83,34 milhões, com o propósito de reforço de caixa, para fins de capital de giro, da Industria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. Referido empréstimo fora contratado pelo prazo de um ano, com vencimento de juros trimestrais e principal final. A operação está atrelada à um *hedge* perfeito a um custo de CDI + 0,60% ao ano.

Concomitante à emissão de Nota de Crédito à Exportação (NCE) no mercado internacional, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos (“*swaps*”) com objetivo de eliminar do resultado variações cambiais geradas pelas exposições do principal contratado e dos juros devidos conforme os vencimentos contratuais da respectiva emissão.

iv) Resolução nº 4.131/62

A Companhia realiza operações de Cédula de Crédito Bancário - Repasse de Recursos Captados no Exterior em moeda estrangeira via Resolução nº 4.131/62 com instituições financeiras em função das taxas circunstancialmente favoráveis. Os recursos financeiros captados nesta operação têm como objetivo financiar o capital de giro da Companhia.

Em 20 de maio de 2019 ocorreu a captação de US\$ 50 milhões, à taxa Libor + 1,1%a.a., com pagamentos semestrais de juros nos meses de maio e novembro e vencimento no dia 20 de maio de 2022.

b) Cláusulas restritivas de contratos

Debêntures

As cláusulas restritivas contratadas são avaliadas com base nos saldos nos exercícios/períodos findos conforme tabela abaixo.

Tais cláusulas estabelecem indicadores financeiros decorrentes do quociente da divisão da dívida líquida de tesouraria pelo EBITDA dos últimos 12 meses, que deverá ser igual ou inferior ao estabelecido, desconsiderando os efeitos da implementação da norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019 das demonstrações financeiras consolidadas:

Período de 12 meses encerrados em:	Índice Financeiro *
31 de dezembro de 2018 / 30 de junho de 2019	3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos)
31 de dezembro de 2019 / 30 de junho de 2020	3,25 (três inteiros e vinte e cinco centésimos)
31 de dezembro de 2020 / 30 de junho de 2021	3,00 (três inteiros)
31 de dezembro de 2021 / 30 de junho de 2022	3,00 (três inteiros)
31 de dezembro de 2022 / 30 de junho de 2023	3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos)
31 de dezembro de 2023 / 30 de junho de 2024	3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o índice financeiro apurado conforme previsões contratuais foi inferior ao estabelecido para o exercício. Portanto, a Companhia está em conformidade com as cláusulas restritivas.

	2019	2018
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.902.992	8.440.380
(-) Arrendamentos Mercantis - Financeiros	-	(446.235)
(-) Valor da curva de Derivativos Financeiros	(662.112)	(557.393)
(=) Dívida de Tesouraria	7.240.880	7.436.752
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.463.013)	(1.215.048)
(-) Títulos e valores mobiliários	(1.025.845)	(1.215.377)
(=) Dívida Líquida de Tesouraria	4.752.022	5.006.327
(÷) EBITDA ^(a)	1.905.017	1.846.604
(=) Índice Financeiro	2,49	2,71

a) Para o exercício de 2019 o efeito da alocação do CPC 06(R2)/IFRS 16 foi excluído da mensuração, com objetivo de apresentação de bases comparáveis com os exercícios anteriores.

19. FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE “RISCO SACADO”

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores locais	433.806	387.376	1.581.759	1.511.576
Fornecedores estrangeiros ^(a)	6.477	5.882	105.073	80.714
	440.283	393.258	1.686.832	1.592.290
Operações de “risco sacado” ^(b)	30.111	19.130	142.924	144.501
	470.394	412.388	1.829.756	1.736.791

a) Referem-se a importações denominadas principalmente em dólares norte-americanos, euros e libras.

b) A Companhia e suas controladas possuem contratos firmados com o Banco Itaú Unibanco S.A. para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que por sua vez, passará a ser credora da operação. A Administração revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração significativa dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores, além de concluir que a Companhia não é impactada com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira.

20. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS ordinário a pagar	115.501	80.159	120.300	81.750
ICMS - ST Provisões (a)	72.423	129.558	72.423	172.743
Tributos sobre faturamento - controladas no exterior	-	-	145.992	137.243
INSS – Exigibilidade suspensa	23.800	18.159	50.147	40.541
Tributos retidos na fonte a recolher	22.930	25.933	35.449	36.971
Outros tributos a pagar - controladas no exterior	-	-	1.180	2.717
IRRF a pagar	12.157	-	12.157	-
PIS e COFINS a pagar	-	-	1.144	-
INSS e ISS a pagar	621	604	3.218	3.454
Outros	67	-	399	-
	247.499	254.413	442.409	475.419
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 12)	(54.967)	(56.427)	(62.356)	(63.557)
Circulante	151.276	111.469	319.840	310.093
Não circulante	96.223	142.944	122.569	165.326

(a) A Companhia possui discussões sobre a ilegalidade de alterações nas legislações estaduais para cobrança de ICMS-ST. Parte do montante não recolhido está sendo discutido judicialmente pela Companhia e em alguns casos, os valores estão depositados em juízo, conforme mencionado na nota explicativa nº 12.

21. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração acredita, apoiada na opinião de seus assessores legais, que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais perdas. Essas provisões estão assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Tributários	72.189	101.507	127.842	163.852
Cíveis	9.062	10.845	30.653	32.300
Trabalhistas	39.355	43.285	61.571	65.655
Total	120.606	155.637	220.066	261.807
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 12)	(57.902)	(83.944)	(60.272)	(87.180)
Circulante	-	-	18.650	20.389
Não circulante	120.606	155.637	201.416	241.418

a) Riscos tributários

A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2019, são partes em aproximadamente 493 ações (aproximadamente 448 em 31 de dezembro de 2018). O saldo depositado judicialmente é de R\$ 319.818 (R\$ 313.777 em 31 de dezembro de 2018). As provisões são revisadas, periodicamente, com base na evolução dos processos para refletir a melhor estimativa corrente.

Abaixo apresentamos o movimento dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora		Consolidado	
	Provisões	Depósitos	Provisões	Depósitos
Saldo em 31 de dezembro de 2017	98.208	(24.134)	196.006	(24.943)
Adições	43.236	(32.838)	81.435	(34.209)
Reversões	(19.459)	3.110	(47.076)	3.681
Pagamentos	(9.813)	-	(16.659)	-
Compensações	(29.741)	-	(29.741)	-
Transferência de obrigações tributárias	23.130	(20.268)	(20.056)	(20.268)
Atualização monetária	(4.054)	(1.411)	(824)	(1.454)
Variação cambial	-	-	767	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	101.507	(75.541)	163.852	(77.193)
Adições	9.348	(5.317)	14.497	(5.317)
Reversões	(41.299)	30.605	(54.168)	30.957
Pagamentos	(1.150)	-	(1.150)	-
Atualização monetária	3.783	(2.465)	4.440	(2.506)
Variação cambial	-	-	371	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	72.189	(52.718)	127.842	(54.059)

b) Riscos cíveis

A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2019, são partes em aproximadamente 2.600 ações e procedimentos cíveis (aproximadamente 3.250 em 31 de dezembro de 2018), dentre os quais 2.387 foram movidos por consultores (as) Natura e consumidores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização. O saldo depositado, judicialmente, para os autos acima é de R\$425 (R\$649 em 31 de dezembro de 2018). As provisões são revisadas, periodicamente, com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das ações cíveis para refletir a melhor estimativa corrente.

Abaixo apresentamos o movimento dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora		Consolidado	
	Provisões	Depósitos	Provisões	Depósitos
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.096	(664)	27.153	(988)
Adições	11.962	(261)	51.954	(276)
Reversões	(1.131)	394	(39.071)	640
Pagamentos	(8.261)	-	(9.709)	-
Atualização monetária	179	(22)	397	(25)
Variação cambial	-	-	1.576	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.845	(553)	32.300	(649)
Adições	10.844	(354)	14.072	(357)
Reversões	(1.678)	574	(4.766)	579
Pagamentos	(11.085)	-	(11.418)	-
Atualização monetária	136	-	309	1
Variação cambial	-	-	156	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.062	(333)	30.653	(426)

c) Riscos trabalhistas

A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2019, são partes em aproximadamente 1.500 reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores e prestadores de serviços (aproximadamente 1.850 em 31 de dezembro de 2018), cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, eventual doença ocupacional, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício. As provisões são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente.

Abaixo apresentamos o movimento dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora		Consolidado	
	Provisões	Depósitos	Provisões	Depósitos
Saldo em 31 de dezembro de 2017	41.388	(6.947)	58.887	(7.925)
Adições	29.278	(5.888)	44.172	(7.002)
Reversões	(23.279)	5.226	(31.300)	5.862
Pagamentos	(7.267)	-	(10.096)	-
Atualização monetária	3.165	(241)	4.773	(273)
Variação cambial	-	-	(781)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	43.285	(7.850)	65.655	(9.338)
Adições	30.383	(2.169)	45.983	(2.411)
Reversões	(25.776)	5.448	(40.127)	6.282
Pagamentos	(11.983)	-	(14.611)	-
Atualização monetária	3.446	(280)	5.009	(320)
Variação cambial	-	-	(338)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	39.355	(4.851)	61.571	(5.787)

d) Passivos contingentes – risco de perda possível

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores legais como possível.

Em 31 de dezembro de 2019, os passivos contingentes são representados por 544 causas (498 em 31 de dezembro de 2018), cujos montantes estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Tributários	2.373.116	2.129.813	3.503.392	3.265.543
Cíveis	55.648	50.840	61.532	63.910
Trabalhistas	57.082	57.903	77.295	115.240
Total de passivos contingentes	2.485.846	2.238.556	3.642.219	3.444.693
Depósitos Judiciais (nota explicativa nº 12)	(133.106)	(97.482)	(136.258)	(100.754)

As principais causas tributárias são apresentadas abaixo:

- (i) A Companhia e suas controladas possuem ações administrativas e judiciais que discutem a ilegalidade de alterações nas legislações estaduais para cobrança de ICMS-ST. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total em discussão é de R\$406.002 (R\$321.772 em 31 de dezembro de 2018) e R\$114.819 encontram-se depositados judicialmente (R\$ 80.816 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Autos de infração em que a Secretaria da Receita Federal do Brasil exige débitos tributários de IPI decorrentes da classificação fiscal adotada pela controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. para alguns produtos. Aguarda-se o julgamento dos processos na esfera administrativa. O valor total em discussão em 31 de dezembro de 2019 é de R\$218.204 (R\$209.714 em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, contra a filial do estabelecimento da controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., objetivando a cobrança de ICMS-ST, que foi integralmente recolhido pelo destinatário das mercadorias, seu estabelecimento distribuidor, Natura Cosméticos S.A. Aguarda-se o julgamento do processo na esfera administrativa. O valor total em discussão em 31 de dezembro de 2019 é de R\$521.903 (R\$506.258 em 31 de dezembro de 2018).
- (iv) A Companhia e sua controlada, Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., nas operações em que atua exclusivamente como distribuidora, discutem judicialmente a condição trazida pelo Decreto nº 8.393/2015, que equiparou a industrial, para fins de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, os estabelecimentos atacadistas interdependentes que comercializam produtos previstos no referido dispositivo legal. O valor total em discussão em 31 de dezembro de 2019 é de R\$389.017 (R\$309.611 em 31 de dezembro de 2018).
- (v) Autos de infração de IRPJ e de CSLL, lavrados em 30 de setembro de 2009 e 30 de agosto de 2013, que têm como objeto o questionamento da dedutibilidade fiscal da amortização do ágio, decorrente da incorporação de ações da Natura Empreendimentos pela Natura Participações S.A. e posterior incorporação de ambas as empresas pela Natura Cosméticos S.A. A Companhia está discutindo judicialmente a legalidade das decisões que indeferiram liminarmente os embargos de declaração apresentados para discutir pontos cruciais dos

acórdãos que, por maioria de votos, negaram provimento aos recursos especiais, mantendo a exigência fiscal. O valor total em discussão em 31 de dezembro de 2019, que a Companhia considera como não sendo provável o seu desembolso, é de R\$ 1.854.369. Deste montante, R\$1.379.189 está classificado como perda possível, e R\$475.180 como perda remota. (R\$1.336.927 em 31 de dezembro de 2018 com probabilidade possível de perda e R\$459.686 com probabilidade remota de perda).

(vi) A Companhia busca assegurar judicialmente o direito à fruição de incentivos fiscais relacionados às atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica, sem observância às restrições impostas pela regulamentação da matéria, em 2011, em aparente contrariedade com a lei que disciplina o benefício. O valor total em discussão em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 170.320.

e) Ativos contingentes

A Companhia e suas controladas possuem processos ativos cuja expectativa de ganho é provável de acordo com a avaliação de seus assessores legais, mas não são registrados em suas Demonstrações Financeiras até que seu êxito seja praticamente certo.

A Companhia e sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., pleiteiam a restituição das parcelas de PIS e COFINS recolhidas com a inclusão do ICMS nas suas bases de cálculo no período de março 2004 a março de 2007. Os valores atualizados envolvidos nos pedidos de restituição não registrados até 31 de dezembro de 2019, totalizam R\$26.933 (R\$93.321 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia e suas controladas, amparadas pelo posicionamento dos seus assessores jurídicos, observam o CPC 25 / IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP / nº 01/2019.

22. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Plano de assistência médica pós-emprego	65.076	63.429	98.792	78.904
Crédito de carbono	4.519	3.222	4.519	3.222
Contrato de exclusividade ^(a)	5.400	7.800	5.400	7.800
Crer para Ver ^(b)	41.523	28.368	51.543	28.368
Receita diferida de obrigações de desempenho com clientes ^(c)	14.984	12.959	76.250	63.662
Provisões para despesas diversas ^(d)	79.468	86.566	156.895	170.294
Provisões de aluguéis ^(e)	-	-	26.568	28.966
Provisões para repartição de benefícios e parcerias a pagar	5.633	9.262	7.860	11.542
Incentivos de longo prazo ^(f)	-	-	3.022	8.855
Valor justo arrendamento mercantil operacional ^(g)	-	-	-	25.843
Provisão para reestruturação ^(h)	-	-	3.401	2.004
Provisão para reforma de lojas	-	-	15.997	6.107
Outras provisões	34.967	2.883	67.846	44.370
Total	251.570	214.489	518.093	479.937
Circulante	178.973	141.037	396.391	338.170
Não circulante	72.597	73.452	121.702	141.767

a) Refere-se a contraprestação da exclusividade concedida pela Companhia a um agente financeiro para o serviço de liquidação bancária relacionada a folha de pagamento dos colaboradores. É apropriado para o resultado do exercício desde abril de 2017, de forma linear pelo período contratual com vencimento em março de 2022;

b) Contribuição de programa social para desenvolvimento da qualidade educacional;

c) Refere-se ao diferimento de receita oriunda de obrigações de desempenho relacionadas a programas de fidelidade com base em pontos, a venda de cartão presente ainda não convertido em produtos e programas e eventos de reconhecimento às consultoras de venda direta;

d) Refere-se às provisões de despesas diversas para atender ao regime de competência;

e) Refere-se ao período (carência) que arrendadores proporcionam para o início do pagamento do aluguel de determinadas lojas do varejo, para os contratos de aluguel que não foram incluídos na mensuração inicial do passivo de arrendamento mercantil / direito de uso da controlada The Body Shop International Limited, conforme isenções previstas no CPC 06(R2) / IFRS 16;

f) Refere-se aos planos de remuneração variável de executivos da controlada Aesop;

g) Refere-se ao ajuste a valor justo dos contratos de arrendamento mercantil operacional identificados na combinação de negócios realizada na aquisição da controlada The Body Shop. Tais saldos foram transferidos a partir de 1º de janeiro de 2019 com a implementação da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 para os ativos de direito de uso, conforme nota explicativa 3.29; e

h) Trata-se da provisão para os custos diretamente relacionados ao plano de mudanças na estrutura organizacional da The Body Shop, o qual está aprovado pela Administração e já foi implantado e anunciado aos afetados por essa reestruturação.

Plano de assistência médica pós - emprego

Plano de assistência médica pós-emprego conforme detalhamento da nota explicativa nº 3.20 d). A população de colaboradores ativos elegíveis ao plano médico após desligamento está fechada para novas inclusões. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 respectivamente, o tempo de duração média ponderada da obrigação é de 20,8 e 16 anos, e sua base de cálculo atuarial avaliou:

- 1.175 (2018: 1.247) empregados ativos das Companhias, dos quais 741 (2018: 771) são da controladora;
- 477 (2018: 264) aposentados e dependentes das Companhias, dos quais 355 (2018: 199), são da controladora.

O passivo atuarial demonstrado foi calculado, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 considerando as seguintes principais premissas:

	2019	2018
Taxa de desconto	7,39%	9,17%
Taxa inicial de crescimento dos custos médicos	7,17%	10,76%
Taxa de inflação	3,80%	4,00%
Taxa final de crescimento dos custos médicos	7,17%	5,04%
Taxa de crescimento dos custos médicos por envelhecimento - custos	Por faixa etária: 1,5% a 4,5% a.a.	3,50%
Taxa de crescimento dos custos médicos por envelhecimento -contribuições	0,00%	0,00%
Percentual de adesão ao plano na aposentadoria	87,00%	89,00%
Tábua de entrada invalidez	Mercer Disability	Wyatt 85 Class 1
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	RP2000
	Fórmula	
Tábua de rotatividade	proporcional ao tempo de Serviço	T-9 service table

A manutenção do nível inicial de crescimento dos custos médicos em 3,25% real e a redução da taxa de desconto de 9,17% a.a. para 7,54% a.a. geraram R\$ 29.660 de perda.

Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da Taxa de inflação médica e da Taxa de desconto, caso o comportamento de tal taxa aumentasse ou reduzisse em 1% e seu respectivo efeito sobre o saldo (Valor Presente da Obrigação) calculado sobre o passivo atuarial (mantendo as demais premissas):

	Taxa	Hipótese	VPO
Taxa de desconto	7,39%	1% de aumento	81.091
Taxa de desconto	7,39%	1% de redução	122.270
Inflação médica	7,17%	1% de aumento	121.259
Inflação médica	7,17%	1% de redução	81.493

Abaixo apresentamos as movimentações do passivo atuarial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	(63.429)	(83.054)	(78.904)	(109.126)
Custo do serviço corrente da Companhia	(716)	(1.565)	(816)	(1.915)
Custo dos juros	(5.732)	(7.262)	(7.125)	(9.100)
Custo de serviço passado – alteração no plano	-	35.575	-	45.965
Despesas pagas	1.855	1.283	2.427	2.354
Ganhos (Perdas) atuariais em outros resultados abrangentes	2.946	(4.576)	(14.374)	(7.082)
Incorporação Natura Inovação	-	(3.830)	-	-
Saldo no final do exercício	(65.076)	(63.429)	(98.792)	(78.904)

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Até o dia 17 de setembro de 2019, foram emitidas 1.331.964 ações ordinárias subscritas sem valor nominal ao preço médio de R\$31,46, totalizando R\$41.900, passando o capital social da Companhia para 432.571.228 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas (431.239.264 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2018), elevando-o de R\$427.073 para R\$ 468.973.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2019, foi aprovado, por unanimidade, o aumento de capital da Companhia em R\$ 1.242.165, elevando-o de R\$ 468.973 para R\$ 1.711.138, com bonificação em ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de Reserva de Lucros, nos termos do Artigo 169 da Lei das S.A., com a emissão 432.571.228 (quatrocentos e trinta e dois milhões, quinhentos e setenta e uma mil, duzentas e vinte e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, distribuídas aos acionistas da Companhia, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 1 (uma) ação ordinária de sua titularidade. Assim, a quantidade de ações passou de 432.571.228 para 865.142.456, todas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em outubro de 2019, foram subscritas 675.684 ações ordinárias sem valor nominal ao preço médio de R\$15,94, totalizando R\$10.773. Assim a quantidade de ações passou de 865.142.456 para 865.818.140, todas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em dezembro de 2019 foi deliberado pela RCA de 16.12.2019, Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações e reflexo na Natura Cosméticos S.A., o cancelamento do saldo de ações em tesouraria no total de 158.198, totalizando R\$ 3.793. Assim a quantidade de ações passou de 865.718.140 para 865.659.942, todas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social de R\$1.721.911 em 31 de dezembro de 2019 (R\$427.073 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 882.620.250 (oitocentos e oitenta e dois milhões, seiscentas e vinte mil, duzentas e cinquenta) ações ordinárias, sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

b) Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas têm direito a receber, em cada exercício social, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 30% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente, os seguintes ajustes:

- Acréscimo das importâncias resultantes da reversão de reservas para contingências, anteriormente formadas.
- Decréscimo das importâncias destinadas à constituição da reserva legal e de reservas para contingências.
- Decréscimo das importâncias originadas em incentivos fiscais de subvenção para investimento.

Em 18 de abril de 2019, foram pagos dividendos e juros sobre capital próprio nos montantes de R\$56.702, conforme distribuição recomendada pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2019 e ratificada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de abril de 2019, referente ao lucro líquido do exercício de 2018 que somados aos R\$111.449 (R\$94.732, líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte) pagos em 26 de fevereiro de 2019, correspondem a uma distribuição de aproximadamente 30% do lucro líquido auferido no exercício de 2018.

Em 01 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em 24 de abril de 2020, a proposta para pagamento de juros sobre o capital próprio no valor total bruto de R\$110.671 (R\$ 94.070 líquido) referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2019, a serem imputados ao valor do dividendo obrigatório relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o qual será pago em 26 de fevereiro de 2020.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2019	2018
Lucro líquido do exercício	392.391	548.379
(-) Subvenções para Investimento (i)	(75.452)	(43.737)
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	316.939	504.642
Dividendos mínimos obrigatórios	30%	30%
Dividendo anual mínimo obrigatório	95.082	151.393

Dividendos propostos	-	56.661
Juros sobre o capital próprio	110.671	111.449
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio (ii)	(14.839)	(16.717)
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	95.832	151.393
Dividendos por ação - R\$	-	0,1315
Juros sobre o capital próprio por ação, líquidos - R\$	0,1107	0,2199
Remuneração total por ação, líquida - R\$	0,1107	0,3514

(i) Subvenção para investimento de ICMS e Lucro da Exploração.

(ii) Imposto de Renda Retido na Fonte calculado considerando beneficiários isentos. Conforme Instrução CVM n.º 683/12, o JCP somente poderá ser imputado ao dividendo obrigatório pelo seu valor líquido do IRRF.

c) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Ações em tesouraria” possui a seguinte composição:

	Depois da bonificação		Antes da bonificação	
	Quantidade de ações	R\$ (milhares)	Quantidade de ações	R\$ (milhares)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.023.524	19.408	511.762	19.408
Utilizadas	(1.147.712)	(22.517)	(581.098)	(22.517)
Aquisição	282.386	6.902	141.193	6.902
Cancelamento (i)	(158.198)	(3.793)	(71.857)	(3.793)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-

(a) Cancelamento de ações conforme RCA 16.12.2019, Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações e reflexo na Natura Cosméticos S.A.

d) Reserva de capital

A Reserva de capital teve um aumento de R\$143.976 totalizando R\$473.306 em 31 de dezembro de 2019 (R\$329.330 em 31 de dezembro de 2018), composto pelo aumento de R\$61.870, em função do reflexo dos efeitos do CPC 42 / IAS 29 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária e aumento de R\$82.106 resultado da movimentação dos planos de opção de compra de ações e ações restritas.

e) Reserva de lucros

A Reserva de Lucros é composta pelo saldo acumulado das destinações dos orçamentos de capital aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 12 de abril de 2019, foi aprovada a destinação para a constituição da reserva de lucros composta pelo equivalente a 61% do total do resultado auferido no exercício social de 2018 no montante de R\$336.532.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 17 de setembro de 2019, foi aprovada a capitalização de parte do saldo da conta de reserva de lucros no montante de em R\$ 1.242.165.

Em 31 de dezembro de 2019, a reserva de lucros reduziu R\$ 962.497, principalmente em função do aumento de capital conforme descrito no parágrafo acima totalizando R\$1.242.165, como também, dos efeitos do CPC 42 / IAS 29 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária aplicados aos saldos até 31 de dezembro de 2019. Seu saldo em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 474.518 (R\$ 1.437.015 em 31 de dezembro de 2018).

f) Ajustes de avaliação patrimonial - Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, incluindo variações cambiais em economia hiperinflacionária, os ganhos e perdas atuarias provenientes do plano de benefício a funcionários e resultado em operações de *hedge* de fluxo de caixa. Para as variações cambiais o efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Para perdas e ganhos atuarias, os valores serão reconhecidos no momento da reavaliação do passivo atuarial. As transações de *hedge* de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz ou quando do término da relação de *hedge*.

24. INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

A determinação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada em sua estrutura de Governança Corporativa, que divide o negócio nos seguintes segmentos, para fins de tomada de decisões e análises gerenciais: Operação Natura Brasil; Operação Natura LATAM”, incluindo o Corporativo LATAM, Aesop (inclui os resultados das Holdings Natura Brazil Pty Ltd. e Natura Cosmetics Australia Pty Ltd.), The Body Shop (operação das lojas de varejo “The Body Shop” em todos os continentes e Natura (Brasil) International B.V. - Holanda) e Outros (inclui os resultados da Natura Europa SAS – França e Natura Brasil Inc. - EUA).

Adicionalmente às análises por segmentos, a Administração da Companhia também analisa suas receitas em diversos níveis, principalmente pelos canais de venda: venda direta, operações no mercado varejista, e-commerce, B2B e franquias. Contudo, a segregação por este tipo de operação ainda não é considerada significativa para divulgações por parte da Administração.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

- Operação Natura Brasil: 43,5%
- Operação Natura LATAM: 18,8%
- Aesop: 9,0%
- The Body Shop: 28,6%
- Outros: 0,1%

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota explicativa nº 3.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas e no lucro líquido do exercício, excluídos os efeitos de receita e despesa financeira, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumarizada relacionada aos segmentos e à distribuição geográfica das operações comerciais da Companhia para 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

a) Segmentos operacionais

	2019						
	Reconciliação ao lucro (prejuízo) do exercício						
	Receita Líquida	Desempenho avaliado pela Companhia	Depreciação e Amortização	Receita financeira	Despesa financeira	Imposto de renda	Lucro (Prejuízo)
Natura Brasil	6.260.779	1.269.761	(282.597)	1.845.246	(2.536.542)	(89.901)	205.967
Natura LATAM	2.742.467	379.921	(60.918)	48.087	(70.237)	(70.992)	225.861
Natura outros	9.086	-46.199	(14.010)	-	(202)	-	(60.411)
Aesop	1.303.050	350.437	(186.657)	9.337	(34.392)	(47.768)	90.957
The Body Shop	4.129.308	783.145	(573.234)	44.953	(105.890)	(41.812)	107.162
Gastos corporativos ^(a)	-	(268.401)	-	-	-	91.256	(177.145)
Consolidado	14.444.690	2.468.664	(1.117.416)	1.947.623	(2.747.263)	(159.217)	392.391

	2018						
	Reconciliação ao lucro (prejuízo) do exercício						
	Receita Líquida	Desempenho avaliado pela Companhia	Depreciação e Amortização	Receita financeira	Despesa financeira	Imposto de renda	Lucro (Prejuízo)
Natura Brasil	6.022.207	1.184.932	(274.013)	1.915.511	(2.439.391)	(68.239)	318.800
Natura LATAM	2.415.717	327.493	(30.850)	13.885	(60.941)	(80.446)	169.141
Natura outros	9.450	-31.931	(462)	-	-	-	(32.393)
Aesop	1.064.043	162.301	(67.019)	4.608	(2.243)	(36.005)	61.642
The Body Shop	3.886.002	305.848	(217.567)	122.417	(137.134)	24.971	98.535
Gastos corporativos ^(a)	-	(102.039)	-	-	-	34.693	(67.346)
Consolidado	13.397.419	1.846.604	(589.911)	2.056.421	(2.639.709)	(125.026)	548.379

- a) Os gastos corporativos referem-se substancialmente às despesas (i) relacionadas ao processo de aquisição do controle da Avon Products, Inc. e reestruturação societária da Companhia, incorridas ao longo do exercício de 2019; (ii) de alguns departamentos administrativos que prestam serviços a todas as empresas da Companhia; e (iii) com o Comitê Operacional do Grupo (GOC), para apoiar o desenvolvimento da Companhia, definir e alocar recursos e identificar sinergias entre empresas controladas pela Companhia. Tais despesas não são alocadas a nenhum segmento operacional.

	2019				2018			
	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Passivo não circulante
Natura Brasil	4.181.261	7.618.551	2.207.944	8.119.890	3.566.311	7.450.648	2.888.073	7.651.400
Natura LATAM	349.698	1.592.912	774.521	105.423	247.131	1.190.735	636.845	16.934
Natura outros	12.161	18.126	8.591	1.558	13.329	27.869	5.205	200
Aesop	1.035.432	1.442.214	274.539	592.531	413.775	768.771	235.033	81.023
The Body Shop	6.175.903	7.462.135	1.171.922	1.484.342	4.683.244	5.941.526	801.725	489.009
Consolidado	11.754.455	18.133.938	4.437.517	10.303.744	8.923.790	15.379.549	4.566.881	8.238.566

b) Receita líquida e ativos não circulantes por região geográfica

	Receita líquida		Ativo não circulante	
	2019	2018	2019	2018
Ásia	782.940	666.154	368.430	115.709
América do norte	1.750.957	919.826	981.673	272.296
América do sul	8.340.025	8.534.263	4.378.675	3.964.645
Brasil	6.324.227	6.082.896	4.197.258	3.704.613
Outros	2.015.798	2.451.367	181.417	260.032
Europa	2.909.968	2.660.243	5.306.111	4.110.794
Reino Unido	2.115.385	1.877.475	4.678.139	3.885.666
Outros	794.583	782.768	627.972	225.128
Oceania	660.800	616.933	719.566	460.346
Consolidado	14.444.690	13.397.419	11.754.455	8.923.790

A Companhia e suas controladas possuem predominantemente uma classe de produtos denominada "cosméticos".

Nenhum cliente individualmente ou de forma agregada foi responsável por mais que 10% das receitas líquidas da Companhia.

25. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta:				
Mercado interno	8.705.679	8.442.723	8.907.766	8.575.971
Mercado externo	-	-	10.739.036	9.936.334
Outras vendas	333	211	61.302	49.657
	8.706.012	8.442.934	19.708.104	18.561.962
Devoluções e cancelamentos	(30.719)	(28.976)	(73.183)	(54.522)
Descontos comerciais e rebates	(28.250)	(17.284)	(1.292.134)	(1.421.251)
Impostos incidentes sobre as vendas	(2.094.130)	(2.062.485)	(3.898.097)	(3.688.770)
Receita líquida	6.552.913	6.334.189	14.444.690	13.397.419

Substancialmente, a receita da Natura é referente as vendas diretas e da TBS e AESOP vendas no varejo

26. DESPESAS OPERACIONAIS E CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

Classificadas por função	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo dos produtos vendidos	2.521.897	2.503.637	4.033.454	3.782.843
Despesas com Vendas, Marketing e Logística	2.093.272	2.199.719	6.395.586	5.828.713
Despesas Administrativas, P&D, TI e Projetos	1.212.787	908.758	2.405.576	2.251.341
Total	5.827.956	5.612.114	12.834.616	11.862.897

Classificadas por natureza	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo dos produtos vendidos	2.521.897	2.503.637	4.033.454	3.782.843
Matéria-prima/Material de embalagem/Revenda	2.521.897	2.503.637	3.457.481	3.223.446
Custos com pessoal (nota explicativa nº 27)	-	-	293.374	276.848
Depreciação e amortização	-	-	57.443	65.157
Outros	-	-	225.156	217.392
Despesas com vendas, marketing e logística	2.093.272	2.199.719	6.395.586	5.828.713
Gastos logísticos	440.820	410.098	797.055	750.238
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 27)	389.565	391.366	1.667.202	1.656.611
Marketing, força de vendas e demais despesas com vendas	1.200.066	1.358.309	3.164.875	3.191.895
Depreciação e amortização	62.821	39.946	766.454	229.969
Despesas administrativas, P&D, TI e projetos	1.212.787	908.758	2.405.576	2.251.341
Investimentos em inovação	77.083	-	89.675	102.436
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 27)	529.509	302.250	1.223.586	1.036.866
Demais despesas administrativas	468.024	455.935	798.796	817.254
Depreciação e amortização	138.171	150.573	293.519	294.785
Total	5.827.956	5.612.114	12.834.616	11.862.897

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários, participação nos resultados e bonificações	549.637	459.773	2.315.517	2.350.182
Plano de previdência complementar	3.806	3.040	93.528	41.923
Pagamentos baseados em ações (nota nº 31.1)	51.377	34.348	58.855	40.505
Encargos sobre ações restritas (nota nº 31.1)	54.028	19.968	59.753	22.428
Assistência médica, alimentação e outros benefícios	102.934	53.549	253.510	177.135
Encargos, impostos e contribuições sociais	35.434	25.943	231.384	181.240
INSS	121.858	96.995	171.615	156.912
Total	919.074	693.616	3.184.162	2.970.325

27.1 Pagamentos baseados em ações

O Conselho de Administração reúne-se anualmente para, dentro das bases dos programas aprovados em Assembleia Geral, estabelecer os planos de pagamentos baseados em ações, indicando os Administradores e colaboradores que poderão receber opções de compra ou subscrição de ações da Companhia e a quantidade total a ser distribuída.

Os planos de pagamento baseados em ações foram originalmente outorgados considerando as ações da Companhia que eram negociadas na B3. Entretanto, em 18 de dezembro de 2019 a Natura & Co começou a negociar suas próprias ações em substituição das ações da Companhia. Com isso, as ações da Companhia originalmente outorgadas foram substituídas nesta data pelas ações da Natura & Co. Tal modificação não trouxe impactos para os executivos e nos respectivos planos.

Outorgas realizadas em 2019

Em 12 de abril de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de outorga de Opção de Compra ou Subscrição de ação, os planos de outorga de Ações Restritas e os planos de outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para Aceleração da Estratégia para o ano de 2019, iniciando as devidas provisões.

Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de outorga de Ações por Desempenho para o ano de 2019, iniciando as devidas provisões. Este plano consiste na outorga de ações ordinárias da Companhia para um grupo de colaboradores e, salvo disposição contrária do Conselho de Administração da Companhia, os direitos dos participantes em relação às Ações de Desempenho somente serão plenamente adquiridas, na medida em que: (i) o participante permanecer continuamente vinculado como colaborador da Companhia e suas controladas até o 3º aniversário da data da outorga; e (ii) as condições de desempenho forem atingidas. Para determinados participantes, há uma condição diferenciada para o item (i) acima, no qual 50% das Ações de Desempenho outorgadas serão adquiridas no 3º aniversário da data da outorga e os demais 50% no 4º aniversário da data da outorga.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em circulação e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício, bem como as variações na quantidade de ações restritas estão apresentados a seguir:

Opções de compra de ações e Plano de Aceleração da Estratégia		
	Preço médio de exercício por opção ¹ - R\$	Opções (milhares) ¹
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15,96	18.342
Concedidas	23,54	3.636
Expiradas	29,42	(1.132)
Exercidas	14,61	(3.278)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	16,51	17.568

	Ações restritas (milhares) ²	Ações por desempenho (milhares) ²
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.884	-
Concedidas	1.328	688
Expiradas	(122)	-
Exercidas	(998)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.092	688

¹ O número de Opções de compras de ações concedidas, expiradas, exercidas e seus respectivos valores justos estão demonstrados já considerando o desdobramento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 17 de setembro de 2019.

² O número de Ações restritas e de Ações por desempenho concedidas, expiradas e exercidas estão demonstrados já considerando o desdobramento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 17 de setembro de 2019.

Das 17.568 mil opções existentes em 31 de dezembro de 2019 (18.342 mil opções em 31 de dezembro de 2018) 604 mil opções (3.344 mil opções em 31 de dezembro de 2018) são exercíveis.

As opções exercidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, resultaram na utilização de 3.339 mil novas ações emitidas e na utilização de 1.148 mil ações do saldo de ações em tesouraria (utilização de 98 mil ações do saldo de ações em tesouraria no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

A despesa referente ao valor justo das opções e ações restritas, incluindo os encargos relacionados às ações restritas, reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito ao exercício das opções e das ações restritas, foi de R\$105.405 e R\$119.659 na controladora e no consolidado, respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a despesa reconhecida foi de R\$54.316 e R\$62.933 na controladora e no consolidado, respectivamente.

As opções de compra de ações em circulação e ações restritas no fim do exercício têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Em 31 de dezembro de 2019 - Opção de compra de ações

Data da outorga	Condições de aquisição de direito	Preço de exercício (R\$) ¹	Valor justo (R\$) ¹	Opções existentes (milhares) ¹	Vida remanescente contratual (anos)	Opções exercíveis (milhares) ¹
18 de março de 2013	4 anos de serviço a partir da data de outorga	37,60	6,05	565	1,2	-
17 de março de 2014	4 anos de serviço a partir da data de outorga	25,16	4,27	133	2,2	133
16 de março de 2015	De 2 a 4 anos de serviço a partir da data de outorga	13,60	4,85 a 5,29	226	3,3	225
28 de julho de 2015 (Aceleração da estratégia)	De 4 a 5 anos de serviço a partir da data de outorga	12,90	6,20 a 6,23	1.295	3,6	-
15 de março de 2016	De 2 a 4 anos de serviço a partir da data de outorga	12,84	7,16 a 7,43	344	4,3	143
11 de julho de 2016 (Aceleração da estratégia)	De 4 a 5 anos de serviço a partir da data de outorga	11,41	6,84 a 6,89	2.640	4,6	-
10 de março de 2017	De 2 a 4 anos de serviço a partir da data de outorga	12,59	6,65 a 6,68	741	5,3	103
10 de março de 2017 (Aceleração da Estratégia)	De 4 a 5 anos de serviço a partir da data de outorga	12,59	6,87 a 6,89	2.210	5,3	-

12 de março de 2018	De 2 a 4 anos de serviço a partir da data de outorga	16,96	7,96 a 8,21	2.059	6,3	-
12 de março de 2018 (Aceleração da Estratégia)	De 3 a 5 anos de serviço a partir da data de outorga	12,16 a 16,96	8,21 a 9,67	3.800	6,3	-
12 de abril de 2019	De 3 a 4 anos de serviço a partir da data de outorga	23,54	11,71 a 11,82	1.655	7,3	-
12 de abril de 2019 (Aceleração da Estratégia)	De 4 a 5 anos de serviço a partir da data de outorga	23,54	11,51 a 11,71	1.900	7,3	-
				17.568		604

¹ O número de Opções de compras de ações concedidas, expiradas, exercidas e seus respectivos valores justos estão demonstrados já considerando o desdobramento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 17 de setembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019 - Ações restritas

Data da outorga	Condições de aquisição de direito	Ações existentes (milhares) ²	Valor justo (R\$) ²	Vida remanescente contratual (anos)	Ações não entregues (milhares) ²
15 de março de 2016	De 2 a 4 anos de serviço a partir da data de outorga	227	11,98 a 12,85	0,5	5
10 de março de 2017	De 2 a 4 anos de serviço a partir da data de outorga	465	11,69 a 12,51	0,2 a 1,2	3
12 de março de 2018 – Plano I	De 2 a 4 anos de serviço a partir da data de outorga	716	15,18 a 15,9	0,2 a 2,5	-
12 de março de 2018 – Plano II	De 0,4 a 2,4 anos de serviço a partir da data de outorga	89	15,76 a 16,49	0,8	-
12 de março de 2018 – Plano III	De 1 a 3 anos de serviço a partir da data de outorga	148	15,54 a 16,27	0,2 a 1,2	-
12 de março de 2018 – Plano Extraordinário I	De 1 a 3 anos de serviço a partir da data de outorga	8	15,54 a 16,28	0,2 a 1,2	-
13 de agosto de 2018 – Plano Extraordinário III	De 0,7 a 1,7 ano de serviço a partir da data de outorga	50	13,08 a 13,38	0,4	-
13 de agosto de 2018 – Plano Extraordinário IV	De 0,8 a 1,8 ano de serviço a partir da data de outorga	25	13,06 a 13,36	0,5	-
13 de agosto de 2018 – Plano Extraordinário VI	De 1,6 a 3,6 anos de serviço a partir da data de outorga	75	12,24 a 13,13	0,2 a 2,2	-
12 de abril de 2019 – Plano I	De 2 a 4 anos de serviço a partir da data de outorga	821	21,62 a 22,53	1,2 a 3,3	-
12 de abril de 2019 – Plano II	De 1 a 3 anos de serviço a partir da data de outorga	468	22,14 a 22,85	0,2 a 2,3	-
		3.092			8

² O número de Ações restritas e de Ações por desempenho concedidas, expiradas e exercidas estão demonstrados já considerando o desdobramento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 17 de setembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019 - Ações de desempenho

Data da outorga	Condições de aquisição de direito	Ações existentes (milhares) ²	Valor justo (R\$)	Vida remanescente contratual (anos)	Ações não entregues (milhares)
21 de maio de 2019	De 3 a 4 anos de serviço a partir da data de outorga e atingimento das condições de desempenho	688	23,10 a 45,70	3,0 a 4,0	-
		688			-

² O número de Ações restritas e de Ações por desempenho concedidas, expiradas e exercidas estão demonstrados já considerando o desdobramento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 17 de setembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, o preço de mercado era de R\$ 38,67 já considerando o desdobramento de ações (R\$45,00 em 31 de dezembro de 2018) por ação.

As opções e ações restritas foram precificadas com base no modelo “Binomial” e as ações de desempenho foram precificadas com base na combinação dos modelos “Black-Scholes-Merton” e “Monte Carlo”. Os dados significativos incluídos nos modelos para precificação do valor justo das opções, ações restritas e ações de desempenho concedidas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram:

	Opção de compra de ações	
	12 de abril de 2019	12 de abril de 2019 (Programa de Aceleração da Estratégia)
Volatilidade	37,77%	37,77%
Rendimento de dividendos	1,17% a 1,63%	1,63% a 1,89%
Vida esperada para o exercício	2 a 4 anos	4 a 5 anos
Taxa de juros anual livre de risco	6,88% a 7,95%	7,95% a 8,18%

	Ações restritas		Ações por desempenho
	12 de abril de 2019 – Plano I	12 de abril de 2019 – Plano II	21 de maio de 2019
Volatilidade	37,77%	37,77%	37,10%
Rendimento de dividendos	1,17% a 1,63%	0,92% a 1,38%	-
Vida esperada para o exercício	2 a 4 anos	1 a 3 anos	3 a 4 anos
Taxa de juros anual livre de risco	6,88% a 7,95%	6,21% a 7,52%	8,08% a 8,40%

28. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
RECEITAS FINANCEIRAS:				
Juros com aplicações financeiras	37.826	62.002	81.754	129.296
Ganhos com variações monetárias e cambiais (a)	658.108	397.060	847.225	477.297
Ganhos com operações de “swap” e “forward”(c)	941.724	1.162.010	961.185	1.323.470
Ganhos no ajuste a valor de mercado de derivativos “swap” e “forward”	283	949	1.709	2.760
Reversão da atualização monetária de provisão para riscos tributários e obrigações tributárias	25.469	-	25.469	89.151
Outras receitas financeiras	16.327	21.651	30.281	34.447
	1.679.737	1.643.672	1.947.623	2.056.421
DESPESAS FINANCEIRAS:				
Juros com financiamentos	(496.363)	(582.741)	(510.853)	(631.475)
Juros com arrendamento mercantil	(41.371)	-	(134.579)	-
Perdas com variações monetárias e cambiais (b)	(753.167)	(992.053)	(913.111)	(1.073.549)
Perdas com operações de “swap” e “forward”(d)	(891.548)	(619.434)	(964.116)	(794.504)
Perdas no ajuste a valor de mercado de derivativos “swap” e “forward”	(197)	(538)	(1.452)	(2.197)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e obrigações tributárias	(10.288)	(24.331)	(13.822)	(22.026)
Apropriação de custos de captação (Debêntures/ “Notes”)	(12.518)	(37.400)	(12.518)	(37.400)
Ajuste de economia hiperinflacionária (Argentina)	-	-	(13.947)	(25.066)
Despesa de estruturação da dívida para a aquisição da Avon	(115.781)	-	(115.781)	-
Outras despesas financeiras	(47.326)	(26.405)	(67.084)	(53.492)
	(2.368.559)	(2.282.902)	(2.747.263)	(2.639.709)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(688.822)	(639.230)	(799.640)	(583.288)

As aberturas a seguir têm o objetivo de explicar melhor os resultados das operações de proteção cambial contratadas pela Companhia, bem como, as respectivas contrapartidas registradas no resultado financeiro demonstrado no quadro anterior:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
(a) Ganhos com variações monetárias e cambiais	658.108	397.060	847.225	477.297
Ganhos com variações cambiais dos empréstimos	654.863	395.897	677.462	402.345
Variações cambiais das importações	3.160	1.081	11.220	6.385
Variação cambial dos recebíveis de exportação	85	82	26.145	42.901
Variações cambiais das contas a pagar nas controladas no exterior	-	-	132.398	25.666
(b) Perdas com variações monetárias e cambiais	(753.167)	(992.053)	(913.111)	(1.073.549)
Perdas com variações cambiais dos empréstimos	(753.042)	(991.938)	(768.939)	(996.034)
Variações cambiais das importações	(86)	(76)	(33.718)	(40.140)
Variação cambial dos recebíveis de exportação	(27)	(26)	(23.393)	(18.323)
Variações cambiais das contas a pagar nas controladas no exterior	-	-	(86.764)	(13.075)
Variações monetárias dos financiamentos	(12)	(13)	(297)	(5.977)
(c) Ganhos com operações de “swap” e “forward”	941.724	1.162.010	961.185	1.323.470
Receita dos cupons cambiais dos “swaps”	182.308	170.555	182.897	170.555
Ganhos com Variações cambiais dos instrumentos de “swap”	759.416	991.455	778.288	1.152.915
(d) Perdas com operações de “swap” e “forward”	(891.548)	(619.434)	(964.116)	(794.504)
Perdas com variações cambiais dos instrumentos de “swap”	(667.998)	(396.098)	(690.409)	(402.708)
Custos financeiros instrumentos “swap”	(223.550)	(223.336)	(273.707)	(391.796)

29. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Outras receitas operacionais, líquidas				
Resultado na baixa de imobilizado	4.767	1.268	6.098	1.188
ICMS-ST ^(b)	42.259	(38.244)	42.336	(27.126)
Exclusão ICMS base PIS/COFINS ^(b)	52.631	-	52.631	57.242
Crédito PIS/COFINS ^(e)	-	-	42.983	-
Receita com a venda da carteira de clientes ^(c)	23.092	15.239	23.092	16.254
Contingências tributárias	12.998	(6.309)	21.402	(706)
Crédito de ICMS	-	-	-	2.290
Créditos extemporâneos ^(e)	-	-	-	23.677
Outras receitas operacionais	-	33.872	-	-
Créditos de reintegra	-	-	-	3.058
Total outras receitas operacionais	135.747	5.826	188.542	75.877
Outras despesas operacionais, líquidas				
Crer para Ver ^(a)	(29.156)	(23.686)	(36.156)	(29.686)
Gastos relacionados à aquisição da Avon ^(f)	(127.276)	-	(141.348)	-
Plano de transformação ^(d)	-	-	(51.520)	(98.465)
Outras receitas (despesas) operacionais	(960)	-	(8.829)	12.329
Total outras despesas operacionais	(157.392)	(23.686)	(237.853)	(115.822)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(21.645)	(17.860)	(49.311)	(39.945)

(a) Destinação do Lucro operacional obtido nas vendas da linha de produtos não cosméticos chamada “Crer para Ver” para o Instituto Natura, destinado especificamente para projetos sociais destinados ao desenvolvimento da qualidade de educação.

(b) Refere-se à exigência de ICMS, na modalidade substituição tributária, pelos diferentes Estados, vide detalhes na nota explicativa nº 18. Durante o exercício de 2019, foram realizadas reversões de provisão em decorrência de mudança de estimativa de perda de alguns Estados.

(c) Refere-se à receita pela venda recorrente de carteira de títulos de clientes vencidos há mais de 180 dias, líquida dos custos processuais de ações movidas pelos devedores contra a empresa adquirente da carteira. O recebimento pela venda da carteira, bem como o ressarcimento das custas processuais ocorrem posteriormente à baixa dos títulos vencidos.

(d) Despesas relacionadas à execução do plano de transformação da The Body Shop, que está apoiado em cinco pilares, sendo eles: (1) rejuvenescer a marca; (2) otimizar as operações de varejo; (3) aprimorar a *omni-channel*; (4) aprimorar a eficiência operacional; e (5) redesenhar a organização.

(e) Créditos extemporâneos relacionados a mudança na forma de tributação de PIS e COFINS em 2019.

(f) Refere-se aos gastos relacionados ao processo de aquisição da Avon, das quais destacam-se: gastos com estruturação financeiras (R\$108.266), gastos legais (R\$63.138) e gastos regulatórios (R\$40.891).

(g) A Companhia e sua controlada, Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., discutem judicialmente a não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Desde 2007, a Companhia tem autorização judicial para efetuar o pagamento das contribuições excluindo o valor do ICMS, mas mantém o saldo do ICMS provisionado como Obrigações Tributárias. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia, baseada na conclusão do julgamento pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, na sistemática de repercussão geral, do Recurso Extraordinário que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, reverteu a obrigação tributária constituída. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu o crédito principal de R\$52.631, que deixou de ser um ativo contingente, oriundo do trânsito em julgado (nota explicativa nº 10).

30. LUCRO POR AÇÃO

30.1. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	392.391	548.379
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas ^(a)	863.960.997	862.478.528
Média ponderada das ações em tesouraria ^(a)	(386.337)	(1.288.414)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	863.574.660	861.190.114
Lucro básico por ação - R\$	0,4544	0,6368

(a) As quantidades de ações e valores do lucro por ação já consideram o desdobramento de ações ocorrido em 17 de setembro de 2019 e seus efeitos retrospectivos.

30.2. Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tinha no exercício de 2018 apenas as categorias de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: opções de compra de ações, ações restritas e aceleração da estratégia. Para o exercício de 2019, considerando que a Companhia não mais possui ações negociadas e outorgadas (Nota 27.1), o cálculo do lucro por ação diluído é o mesmo do lucro por ação básico.

	2018
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	548.379
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação ^(a)	861.190.114
Ajuste por opções de compra de ações e ações restritas ^(a)	1.529.528
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação	862.719.642
Lucro diluído por ação - R\$	0,6356

(a) As quantidades de ações e valores do lucro por ação já consideram o desdobramento de ações ocorrido em 17 de setembro de 2019 e seus efeitos retrospectivos.

Em 13 de dezembro de 2019, após consumação da operação societária de incorporação de ações da Natura Cosméticos pela Natura & Co Holding S.A., conforme aprovada em assembleias gerais das referidas sociedades realizadas em 13 de novembro de 2019 e de acordo com os seus termos, aprovar a relação dos participantes e as quantidades de outorgas de ações restritas e/ou opções de compra aos participantes no âmbito de cada um dos Planos, nos mesmos termos e condições das outorgas que atualmente possuem na Natura Cosméticos, respeitadas as adaptações e ajustes necessários de modo a viabilizar a migração de tais outorgas para a Companhia, inclusive com relação ao status de cumprimento das condições para aquisição plena de tais direitos (vesting), como se as outorgas no âmbito da Companhia tivessem sido realizadas na mesma data em que foram realizadas na Natura Cosméticos e fossem uma continuação das outorgas originalmente realizadas na Natura Cosméticos conforme previsto nos respectivos contratos de outorga originalmente firmados entre cada um de

tais participantes e a Natura Cosméticos, que ficam desde já migrados e transferidos para a Companhia, de forma a dar continuidade às outorgas anteriormente detidas por tais participantes na Natura Cosméticos.

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

31.1. Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	2019	2018
Ativo circulante:		
Natura Logística e Serviços Ltda. ^(a)	128	89
Natura Biosphera Franqueadora Ltda.	389	295
Natura Comercial Ltda.	10	-
Natura Cosméticos S.A. – Argentina	12.807	-
Aesop Brasil Comércio de Cosméticos Ltda.	3.213	-
The Body Shop - Brasil	132	-
The Body Shop International Limited ^(b)	508	11.535
Total do ativo circulante (*)	17.187	11.919
Passivo circulante:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. ^(c)	173.933	224.217
Total do passivo circulante	173.933	224.217

(*) Na avaliação da Administração, a perda esperada para saldo de contas a receber de partes relacionadas é imaterial, portanto, nenhuma provisão para perda foi registrada pela Companhia.

As transações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Controladora			
	Venda de produtos		Compra de produtos	
	2019	2018	2019	2018
Aesop Brasil Comércio de Cosméticos Ltda.	3.200	1.750	-	-
Natura Comercial Ltda.	10	-	-	-
The Body Shop - Brasil	132	-	-	-
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	-	-	2.968.004	2.970.620
Total da venda ou compra de produtos	3.342	1.750	2.968.004	2.970.620
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e tecnologias: ^(d)				
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	-	186.908
Total da venda ou compra de produtos e serviços	3.342	1.750	2.968.004	3.157.528

(a) Adiantamentos concedidos para a prestação de serviço de separação, embalagem para transporte e endereçamento de mercadorias, assessoria logística, gestão de recursos humanos e treinamento em recursos humanos.

(b) Refere-se ao repasse de despesas de licenciamento de *softwares*.

(c) Valores a pagar pela compra de produtos.

(d) Prestação de serviços de desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado.

O Instituto Natura é um dos cotistas do Fundo de Investimento Essencial e, em 31 de dezembro de 2019, seu saldo era de R\$3.766 (R\$2.228 em 31 de dezembro de 2018).

Em 5 de junho de 2012, foi firmado um contrato entre a Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. e a Bres Itupeva Empreendimentos Imobiliários Ltda., (“Bres Itupeva”), para a construção e locação de um centro de beneficiamento, armazenagem e distribuição de mercadorias (HUB), na cidade de Itupeva/SP. Em 2019, a Bres Itupeva cedeu seus créditos para a BRC Securitizadora S/A para quem a Natura efetua mensalmente os pagamentos. Os Srs. Guilherme Peirão Leal e Pedro Luiz Barreiros Passos, integrantes do bloco de controle da Natura Cosméticos S.A. detêm, indiretamente, o controle da Bres Itupeva. O valor envolvido na operação está registrado sob a rubrica “Direito de Uso” de “Edifícios” no montante de R\$ 44.244 (R\$49.136 na rubrica “Edifícios” de Imobilizado, em 31 de dezembro de 2018).

A Natura Cosméticos S.A. e Raia Drogasil S.A. firmaram contrato de compra e venda e outras avenças para permitir a comercialização de produtos na rede Raia e Drogasil. Os Srs. Guilherme Peirão Leal e Pedro Luiz Barreiros Passos, integrantes do bloco de controle da Natura Cosméticos S.A. detêm, indiretamente, participação acionária na Raia Drogasil S.A.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Natura Cosméticos S.A. e suas controladas repassaram para o Instituto Natura a título de doação associada à manutenção, o montante de R\$1.500, referente a 0,5% do lucro líquido apurado do exercício anterior e doação associada ao resultado líquido das vendas da linha de produtos Natura Crer Para Ver o montante de R\$23.000, (R\$25.289, em 31 de dezembro de 2018).

31.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração da Companhia está assim composta:

	2019			2018		
	Remuneração			Remuneração		
	Fixa (a)	Variável (b)	Total	Fixa (a)	Variável (b)	Total
Conselho de Administração	11.601	30.919	42.520	13.141	24.860	38.001
Diretoria executiva	32.004	53.556	85.560	32.739	68.540	101.279
	43.605	84.475	128.080	45.880	93.400	139.280

a) Na rubrica “Diretoria executiva” está incluído o montante de R\$536 referente a amortização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.946 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), do Instrumento Particular de Confidencialidade e de Não fazer Concorrência (“Acordo”).

b) Refere-se à participação nos resultados, ao Programa de Ações Restritas e ao Programa da Aceleração da Estratégia, incorporado dos encargos, quando aplicável, apurados no período. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no exercício anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos conselheiros e diretores, estatutários e não estatutários no que diz respeito à participação nos resultados.

31.3. Pagamentos baseados em ações

Os ganhos de executivos da Companhia estão assim compostos:

	Outorga de opções					
	2019			2018		
	Saldo das Opções (quantidade) ¹ (a)	Valor justo médio das opções ¹ – R\$	Preço médio de exercício ¹ – R\$ ^(b)	Saldo das Opções (quantidade) ¹ (a)	Valor justo médio das opções ¹ – R\$	Preço médio de exercício ¹ – R\$ ^(b)
Diretoria executiva	13.059.677	8,40	16,51	11.156.406	7,47	15,96

	Ações restritas			
	2019		2018	
	Saldo das ações (quantidade) ² (a)	Valor justo médio ² – R\$	Saldo das ações (quantidade) ² (a)	Valor justo médio ² – R\$
Diretoria executiva	1.012.641	19,23	751.794	14,81

¹ O número de Opções de compras de ações concedidas, expiradas, exercidas e seus respectivos valores justos estão demonstrados já considerando o desdobramento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 17 de setembro de 2019.

² O número de Ações restritas e de Ações por desempenho concedidas, expiradas e exercidas estão demonstrados já considerando o desdobramento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 17 de setembro de 2019.

(a) Refere-se ao saldo das opções e ações restritas maduras (“vested”) e não maduras (“non vested”), não exercidas, nas datas dos balanços.

(b) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício da opção à época dos planos de outorga, atualizado pela variação da inflação apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, até as datas dos balanços. O novo programa de Outorga de Opções de Ações, implantado em 2015, não contempla nenhum tipo de atualização.

32. COMPROMISSOS

32.1. Contratos de fornecimento de insumos

A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. possui compromissos decorrentes de contratos de fornecimento de energia elétrica para suprimento de suas atividades de manufatura, conforme descritos abaixo:

- Contratos iniciados em 2017 e vigentes até 2019, com o valor de Megawatts/h entre R\$177 e R\$302.
- Contrato iniciado em 2018 e vigente até 2020, com o valor de Megawatts/h entre R\$265 e R\$363.
- Contratos iniciados em 2019 e vigentes até 2022, com o valor de Megawatts/h entre R\$155 e R\$305.

➤ Contratos iniciados em 2020 e vigentes até 2022, com o valor de Megawatts/h entre R\$204 e R\$238.

Os valores estão demonstrados por meio das estimativas de consumo de energia de acordo com o prazo de vigência do contrato, cujos preços estão baseados nos volumes, também estimados, resultantes das operações contínuas da controlada.

Os pagamentos totais mínimos de fornecimento, mensurados a valor nominal, segundo o contrato, são:

	2019	2018
Até um ano	17.918	1.268
De um a cinco anos	13.160	4.940
Total	31.078	6.208

33. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em 31 de dezembro de 2019, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada	
		2019	2018
Complexo industrial e sites administrativos	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, estoques e máquinas e equipamentos	2.322.801	2.269.660
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 818 veículos (936 em 2018)	212.027	204.329
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações e máquinas e equipamentos de produção	1.582.000	1.409.278
Transportes	Danos em mercadorias em trânsito.	32.309	31.193
Responsabilidade civil	Proteção por erro ou reclamações no exercício da atividade profissional que afete terceiros	532.510	514.430
Responsabilidade ambiental	Proteção para acidentes ambientais que possam levantar reclamações junto à legislação ambiental	30.000	30.000

34. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

Itens não caixa:	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Hedge accounting, líquido dos efeitos tributários	72.616	51.121	70.569	51.165
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e ainda não distribuídos	110.671	111.449	110.671	111.449
Efeito líquido das adições ao ativo imobilizado/intangível ainda não pagos	21.370	(2.197)	(18.645)	6.797

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2020 a Companhia celebrou um contrato de compra e venda com a The Body Shop International Limited (“Vendedora”), por meio do qual a Natura realizou a aquisição da totalidade da participação detida pela Vendedora nas empresas The Body Shop Brasil Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda. e The Body Shop Brasil Franquias Ltda. pelo valor de R\$ 15 milhões. As empresas adquiridas são responsáveis por operar a marca da The Body Shop no Brasil, através de lojas próprias, franquias e vendas online. A transação visa facilitar a atual organização da Companhia por região geográfica. Por se tratar de um negócio sob controle comum, a Companhia considerou os valores de livro das empresas adquiridas e não gerou nenhum ágio na transação.

36. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 05 de março de 2020.